



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI / CAMPUS CLÓVIS MOURA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN EM UM CENTRO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE TERESINA – PI**

GISLENE ALVES DE MESQUITA PINTO

TERESINA – PI
2025

GISLENE ALVES DE MESQUITA PINTO QUITA PINTO

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN EM UM CENTRO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE TERESINA – PI**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado à Banca Examinadora, julgado e aprovado para a obtenção parcial de título em Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Clóvis Moura – CCM.

Orientadora: Prof.^a Me. Marilene Caetano de Oliveira Nascimento.

TERESINA – PI

2025

P659i Pinto, Gislene Alves de Mesquita.

A inclusão de crianças com síndrome de Down em um Centro Municipal de Educação Infantil de Teresina - PI / Gislene Alves de Mesquita Pinto. - 2025.

70f.: il.

Monografia (Graduação) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Clóvis Moura, Licenciatura Plena em Pedagogia, 2025.

"Orientadora: Prof.^a Me. Marilene Caetano de Oliveira Nascimento".

1. Inclusão. 2. Síndrome de Down. 3. Educação Infantil. I. Nascimento, Marilene Caetano de Oliveira . II. Título.

CDD 371.9046

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca da UESPI
JOSÉ EDIMAR LOPES DE SOUSA JÚNIOR (Bibliotecário) CRB-3^a/1512

GISLENE ALVES DE MESQUITA PINTO

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE TERESINA – PI

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado à Banca Examinadora, julgado e aprovado para a obtenção parcial de título em Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Clóvis Moura – CCM.

Aprovado em 5 de fevereiro 2025.

Nota: 10,0

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Me. Marilene Caetano de Oliveira Nascimento (CCM/UESPI)
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Jânio Jorge Vieira de Abreu (CCM/UESPI)
Membro Examinadora

Prof.^a Mestranda Elisângela da Silva Fernandes (SEMEC)
Membro Examinadora

Dedico este trabalho à todas as famílias que possuem uma pessoa com deficiência, e em especial, à minha, que sob muita dificuldade me ensinou o valor da educação.

AGRADECIMENTOS

Dou graças, primeiramente à Deus, o autor e consumador da minha fé, se eu não desisti, foi por sua infinita misericórdia, pois até aqui me ajudou o Senhor (1 Sm 7:12).

Ao seu Adonias, meu querido pai, que não mediu esforços para fazer com que eu percorresse em busca dos meus sonhos. As dificuldades não lhe impediram de ensinar-me que, ainda que tivéssemos tudo na vida, isto poderia nos ser tirado. Mas, jamais poderiam tirar de mim, o conhecimento, a instrução. Estudar era o único meio que eu tinha para mudar nossa realidade e ser capaz de transformar a de muitas outras pessoas. Obrigada pai, por me ensinar o valor da educação, muito antes do Curso de Pedagogia.

À dona Auristélia, minha rainha, minha mãe, que apesar da Esquizofrenia, dedicou sua vida para que hoje eu tivesse uma. Deus lhe abençoou com a dádiva de ser mãe, e a soube executá-la com perfeição. Obrigada, mãe, por me ensinar o que é empatia e amor pelo próximo.

À toda família, em especial ao meu esposo Wenner, que desde o primeiro dia de ingressa tem me apoiado e dado todo o suporte necessário para concluir este curso.

À minha orientadora, Prof.^a Me. Marilene Caetano de Oliveira Nascimento, que aceitou embarcar comigo nessa jornada.

Ao meu professor da disciplina de PPE, Prof. Dr. Jânio Jorge, não poderia deixar de mencioná-lo. Sem dúvida, sua ajuda foi fundamental para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de classe, especialmente à minha amiga Vitória Cristina, que tem sido uma torre forte nos momentos em que mais preciso. Há um ditado popular que diz “quem acha um amigo, acha um tesouro” e definitivamente nossa amizade é um tesouro valiosíssimo. Obrigada Vi, por me ofertar muito mais do que apenas ajuda com as disciplinas.

Aos meus irmãos em Cristo, amigos e colegas de trabalho, que torceram e ainda torcem por mim, por todas as palavras amigas, conselhos e mensagens de incentivo para continuar e persistir. A concretização deste sonho foi garças à grande rede de apoio que eu tenho. A todos, minha eterna gratidão.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças
e não com as igualdades”.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho visou estudar a inclusão de crianças com Síndrome de Down em um Centro Municipal de Educação Infantil de Teresina – PI. Surge o seguinte problema de pesquisa: como ocorre o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down em um CMEI de Teresina? O objetivo geral deste trabalho foi investigar o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down em um CMEI de Teresina. Foram definidos como objetivos específicos analisar as concepções sobre inclusão no atendimento à criança com Síndrome de Down; identificar os desafios e possibilidades para a inclusão de crianças com Síndrome de Down e verificar as necessidades formativas de professores para a inclusão de crianças com SD. Para compor a base teórica da pesquisa foram necessário utilizar estudos de alguns autores como Vygotsky (1997); Dragão (2011); Mantoan (2007); Mittler (2003); Voivodic (2004), Gundersen (2007); Duarte(2022); DSAWM (2020) e Libâneo (1998). Optou-se pela pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. Para obtenção dos dados necessários foram utilizadas observações e entrevistas estruturadas com uma criança com Síndrome de Down, 2 (duas) professoras e a equipe gestora. Segundo a pesquisa, o CMEI não estava preparado para receber crianças com Síndrome de Down, não possuem recursos suficientes e os professores não possuem formação que contribua para promover a inclusão. Para que essas crianças tenham o melhor desempenho possível e usufruam de seus direitos dentro do ambiente escolar, as instituições precisam estar preparadas, desenvolver propostas pedagógicas para o atendimento das crianças com Síndrome de Down e promover a formação de profissionais que atuam diretamente no processo de aprendizagem da criança no ambiente escolar.

Palavras-chaves: Inclusão. Síndrome de Down. Educação Infantil..

ABSTRACT

This work aimed to study the inclusion of children with Down Syndrome in a Municipal Early Childhood Education Center in Teresina - PI. The following research problem arises: how does the process of inclusion of children with Down Syndrome occur in a CMEI in Teresina? The general objective of this work was to investigate the process of inclusion of children with Down Syndrome in a CMEI in Teresina. The specific objectives were defined to analyze the conceptions about inclusion in the care of children with Down Syndrome; identify the challenges and possibilities for the inclusion of children with Down Syndrome and verify the training needs of teachers for the inclusion of children with DS. To compose the theoretical basis of the research, it was necessary to use studies by some authors such as Vygotsky (1997); Dragão (2011); Mantoan (2007); Mittler (2003); Voivodic (2004), Gundersen (2007); Duarte (2022); DSAWM (2020) and Libâneo (1998). Descriptive research with a qualitative approach was chosen. To obtain the necessary data, observations and structured interviews with a child with Down Syndrome, 2 (two) teachers and the management team were used. According to the research, the CMEI was not prepared to receive children with Down Syndrome, does not have sufficient resources and the teachers do not have training that contributes to promoting inclusion. In order for these children to have the best possible performance and enjoy their rights within the school environment, institutions need to be prepared, develop pedagogical proposals to serve children with Down Syndrome and promote the training of professionals who work directly in the child's learning process in the school environment.

Keywords: Inclusion. Down syndrome. Early Childhood Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado;

Art. – Artigo;

CCM – Campus Clóvis Moura;

CF – Constituição Federal;

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil;

CNS – Conselho Nacional de Saúde;

DSAWM – Down Syndrome Association Of West Michigan;

LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDFs – Portable Document Format;

PEI – Plano Educacional Individualizado;

PNE – Plano Nacional da Educação;

PI – Piauí;

SD – Síndrome de Down;

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação;

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

UESPI – Universidade Estadual do Piauí;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
1 A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA.....	14
1.1 Aspectos históricos, conceituais e legais da educação inclusiva.....	15
1.2 Conhecendo a criança com Síndrome de Down: conceito, aspectos genéticos e características.....	19
1.3 Inclusão de crianças com Síndrome de Down na educação infantil.....	21
1.4 As necessidades formativas dos professores e os desafios para o atendimento de crianças com Síndrome de Down.....	22
CAPÍTULO II	
2 CAMINHOS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	25
2.1 instrumentos de produção de dados.....	25
2.2 Sujeitos e campo da Pesquisa.....	26
2.3 Critérios de eticidade da Pesquisa.....	26
2.4 Metodologia de análise dos dados.....	29
CAPÍTULO III	
3 OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN EM CMEIS DE TERESINA – PI.....	31
3.1 Concepções de Inclusão na perspectiva dos participantes.....	32
3.2 Os desafios e possibilidades na inclusão do aluno com Síndrome de Down....	35
3.3 A importância da formação continuada dos docentes para a promoção da inclusão da criança com SD.....	44
CONCLUSÕES.....	47
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICES.....	53
ANEXOS.....	66

INTRODUÇÃO

Nos tempos mais remotos, entre o século XVII e XIV, as crianças com deficiência eram tratadas como defeituosas, doentes mentais, marginalizadas, ou seja, restritas do convívio social, não havia assistência ou uma educação voltada para esse público. Somente em meados do século XIX, houve a criação de algumas escolas para cegos e surdos no Brasil, entretanto não havia a intencionalidade educativa, apenas o cuidado médico.

Alguns marcos históricos, gravam a criação de outras instituições, políticas públicas, mas com um caráter segregacionista. Contudo, a educação da criança com Deficiência foi disseminada no mundo a partir dos movimentos de pais, a partir de 1960, que lutavam pelos direitos dos seus filhos para o ingresso nas classes regulares das redes de ensino.

Entretanto, esse ganho veio acompanhado de algumas faltas, pois embora o Art. 58 da Lei 9.394/96, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), decretasse que a criança com deficiência desse ser matriculada “preferencialmente” em classes regulares, as escolas não estavam preparadas para recebê-las. Toda criança, inclusive a criança com Síndrome de Down tem o direito de participar ativamente das atividades regulares do âmbito educativo e ser promovido o seu desenvolvimento integral, para o exercício da cidadania.

Mediante o exposto, este trabalho, visou estudar a inclusão de crianças com síndrome de Down em um Centro Municipal de Educação Infantil, além de investigar as necessidades formativas específicas dos profissionais de educação e o preparo das instituições no atendimento do público alvo da educação Inclusiva.

Surge o seguinte problema da pesquisa: como ocorre o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down em um CMEI de Teresina? Tendo como questões norteadoras: Qual a compreensão de inclusão escolar para o CMEI? Quais as dificuldades e problemas de interação entre alunos e professores enfrentados pelos CMEI para promover a inclusão? Como incluir a criança com SD na Educação Infantil? Quais as necessidades formativas dos profissionais para o atendimento da criança com SD?

O objetivo geral deste trabalho foi investigar o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down em um CMEI de Teresina – PI. Foram definidos como

objetivos específicos analisar as concepções sobre inclusão no atendimento à criança com Síndrome de Down; identificar os desafios e possibilidades para a inclusão de crianças com Síndrome de Down e verificar as necessidades formativas de professores para a inclusão de crianças com SD.

A referida pesquisa intitulado “a inclusão de crianças com Síndrome de Down em um Centro Municipal de Educação Infantil de Teresina – PI” justifica-se pela necessidade de discutir e ampliar os estudos acerca desse tema, tendo em vista que a temática começou a ganhar mais visibilidade no meio educacional.

Esta pesquisa partiu de desejos profundos fundados em situações vivenciadas durante a infância. Quando estava no ensino fundamental, precisei mudar de escola, entrei em uma turma de 2^a série, já com semanas que tinham começado o semestre. Tinha uma aluna com deficiência auditiva, ela usava um aparelho na orelha, que estimulava a comunicação verbal. Tão logo despertou minha curiosidade, entretanto a ignorância sobre comunicação com deficientes auditivos me impossibilitou, a princípio. Não obstante, desenvolvemos uma amizade que ultrapassou as barreiras da comunicação e da linguagem.

A menina fazia leitura labial, se comunicava através da Língua Brasileira de Sinais (Libras), e não demorou muito para que ela me ensinasse a se comunicar com ela, pois ela percebeu que eu estava confusa e não entendia nada do que ela falava ou gesticulava. Essa aluna me ensinou o que ela sabia, o básico, mas essas dificuldades se evidenciaram mais no decorrer das aulas, logo não conseguia fazer as atividades e os professores por não saberem Libras não sabiam muito como ajudar. Então fazíamos juntas, colocávamos as carteiras uma colada na outra, basicamente ela copiava tudo o que eu fazia, isso se perpetuou até aparecer o primeiro intérprete de Libras e ajudá-la de verdade.

Foi uma vitória para a escola, que durante muito tempo, atendendo uma aluna com Deficiência auditiva sem nenhum recurso ou estrutura para recebê-la. Isso sempre me incomodou, fato de ainda haver escolas totalmente despreparadas para atender o público-alvo da Educação inclusiva.

Ao ingressar na Universidade, tive meus primeiros contatos com disciplinas que me levaram a campo para conhecer a realidade escolar. Foi durante o estágio extracurricular na educação infantil que decidir pesquisar sobre o tema. Conheci uma menininha de 2 anos, que foi o motor e pressuposto para esse Projeto de pesquisa. Ela tem Síndrome de Down e conviver com ela trouxe novos aprendizados

Busco nesse estudo, compreender as concepções de inclusão, os desafios que as escolas de educação infantil enfrentam na inclusão de crianças com deficiências, como elas se adaptam, como aprendem, se as escolas estão preparadas de fato para receber esse público e as necessidades formativas dos professores.

A educação inclusiva é um tema bastante atual e cada vez mais, crianças com algum tipo de Deficiência ou transtorno, têm sido matriculadas nas escolas, carecendo sempre de mais pesquisas a respeito, sendo um difusor de informações.

Ao trilhar pelos caminhos dessa formação profissional, emerge a necessidade de estudar essa realidade, pois contribuirá para minhas novas experiências, ajudando-me a conhecer os problemas enfrentados pela escola por falta de estrutura, de recursos, de formações continuadas, que possam ajudar esse aluno com deficiência para que possam desenvolver integralmente, seja acolhidos de fato e incluídos.

O trabalho foi estruturado em três capítulos, além da seção de introdução e da seção das considerações finais. O primeiro capítulo intitulado de “a Inclusão da criança Síndrome de Down na educação infantil: uma discussão teórica” irá abordar os aspectos históricos, conceituais e legais da educação especial e inclusiva, as características da criança com SD e algumas considerações sobre a inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down na educação infantil. O segundo apresenta os caminhos metodológicos percorridos para a realização do estudo, o perfil da instituição e dos participantes da pesquisa e os procedimentos éticos do estudo envolvendo pessoas. O terceiro capítulo apresenta os resultados do estudo realizado nos Centro Municipais de Educação Infantil e com as participantes, aborda como ocorre o processo de inclusão da criança com SD.

CAPITULO I

1 A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

A Inclusão não é um tema novo, ele é discutido desde os primeiros movimentos de pais em busca dos direitos da criança com deficiência. Investigar o processo de Inclusão da criança com Síndrome de Down na Educação Infantil contribuirá para o acervo de pesquisas sobre a Educação inclusiva. No decorrer da elaboração da pesquisa não foram identificados muitos estudos sobre essa deficiência, principalmente na educação infantil, sendo a oportunidade de trazer contribuições por meio das vivências e observações da rotina escolar de uma criança com SD, trazer informações acerca de um CMEI para a comunidade científica.

A inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down, atualmente, exige das instituições, uma estrutura preparada para receber esse público, que vai desde a oferta de psicopedagogos, que possam trabalhar as possíveis dificuldades até os recursos pedagógicos; dos professores, uma qualificação profissional, para a compreensão dessa deficiência e a melhor maneira de estimular a aprendizagem, além de criações de leis que garantem a permanência do referido público nas escolas, não somente acesso.

Considerando que a criança com Síndrome de Down, possui necessidades específicas, como qualquer criança, independente de ter deficiência ou não, ela necessita de um atendimento especializado sem que para isso ela seja excluída da classe regular. Muitas delas tem enfrentado algumas dificuldades na permanência em Centros Municipais de Educação infantil e ainda que a legislação favoreça a inclusão escolar desse público, fica evidente a partir deste trabalho, o caminho de dificuldades que pais de crianças com Síndrome de Down percorrem para garantir um ensino de qualidade para seus filhos.

A fim de discorrer sobre essa temática e compor a base teórica da pesquisa, foi necessário o uso de estudos de alguns autores. Para discutir sobre como ocorre o desenvolvimento da criança, o estudo terá a contribuição de Vygotsky (1997) e Drago (2011); para compreensão dos conceitos de Inclusão e integração, Mantoan (2007) e Mittler (2003); Quanto aos aspectos genéticos e característicos da Síndrome de Down, foram utilizadas as obras de Voivodic (2004), Gundersen (2007), Duarte

(2022), para discutir sobre as necessidades formativas dos professores para a promoção da inclusão, foram utilizados os estudos de DSAWM (2019) e Libâneo (1998), além de autores que contribuirão para compreensão do papel da escola e do professor, em relação a inclusão da criança com síndrome de Down.

A presente produção textual foi dividida em quatro tópicos: na primeira foi realizado uma breve reflexão sobre os aspectos históricos, conceituais e legais da educação inclusiva. No segundo será apresentado as características e direitos da criança com Síndrome de Down. Já na terceira, uma exposição sobre a inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down na educação infantil. E por fim, uma discussão sobre as necessidades formativas dos profissionais de educação para o atendimento da criança com Síndrome de Down.

1.1 Aspectos históricos, conceituais e legais da educação inclusiva

A Constituição Federal (cf) de 1988 define a educação como um direito de todos, que visa o pleno desenvolvimento da pessoa, para o exercício da cidadania (Art. 1), ou seja, a educação possui um papel social, que forma indivíduos preparados para conviver em sociedade. Entretanto, esse mesmo direito não é assegurado à todos, está previsto em Lei, porém nem todos tem acesso a uma educação de qualidade, que possa lhe assegurar o pleno desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, motoras, físicas e afetivas.

Compreendendo que todos possuem características individuais, seja em etnia, cultural, gênero, seja físicas, que “a pluralidade [...], é a principal característica do ser humano” (Voivodic, 2004), uma educação numa perspectiva inclusiva “deve contemplar essa diversidade da condição humana, propiciando oportunidades para seu desenvolvimento” (Voivodic, 2004).

Inclusão, segundo Mittler (2003, p. 236),

[...] diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação de todos os alunos que a frequentam regulamente (...). A inclusão não é a colocação da criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local e sendo desse modo valorizados.

A inclusão, nesse ponto de vista, não atende o que rotulam de “diferente” mas vem para incluir todos alunos, para que suas necessidades sejam supridas e potencialidades desenvolvidas. Entretanto, desde o século XIX, é perceptível uma educação numa perspectiva integracionista.

[...] Integração” inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes. (Mantoan, 2007, p. 14.)

Mantoan explica que integração, é de fato integrar, adicionar, agrupar colocar uma pessoa no meio de outras, num espaço, num bloco, sem a intenção de modificar o contexto escolar para recebê-la. Há alguns documentos legais que vem para defender o direito da pessoa com deficiência e garantir seu acesso às escolas.

De acordo com o Documento de Salamanca (1994), o princípio de uma escola inclusiva é,

[...] de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades.

No mundo, o primeiro “olhar” para a pessoa com deficiência, aconteceu a partir do século XIX, quando foram criadas organizações de serviço e atendimento aos surdos e cegos. Entretanto, no Brasil, somente no final dos anos de 1950, as primeiras políticas educacionais apontavam a inclusão da educação de deficientes ou Educação especial.

As primeiras medidas legais relativas à educação especial estão implementadas na LDB 4.024/61, que refere-se aos alunos com deficiência com o termo “excepcional”, que define especificamente o art. 88, que “a educação das pessoas excepcionais deve, na medida do possível, enquadrar-se no sistema de ensino geral, a fim de integrá-las na comunidade”.

Também inclui a expressão "integral", ou seja, públicos que podem ou não participar do ensino regular, dependendo da capacidade da instituição para acomodá-

los e acomodá-los. Uma nova regulamentação LDB 5692/71 art. 09, define o público-alvo da educação especial como “os alunos com deficiência física ou mental [...] devem receber tratamento especial” (Brasil, 1971), mas neste artigo, embora enfatize esse tratamento especial, também enfatiza o conceito de integração, que é aceitação do aluno com deficiência nas aulas regulares, mas recebe atenção diferente dos demais, fica separado, até fica junto.

Refira-se que até à década de 1990 a política nacional de educação era de natureza inclusiva, isto aconteceu em 1994 com a Declaração de Salamanca, documento que une princípios, políticas e práticas e afirma um compromisso global com a educação das pessoas com deficiência nas escolas regulares. Um documento muito importante, apresenta alguns princípios que afirmam,

[...] que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (Salamanca, 1994).

Uma das propostas de garantia deste documento é a formação contínua dos professores, pois se não se conhece o público para o qual se trabalha, não há receio de contribuir para o seu desenvolvimento geral. Afirma também, que um currículo deve ser adaptado às necessidades das crianças, e não o contrário. Portanto, as escolas devem oferecer currículos que atendam às diferentes capacidades e interesses das crianças.

Outro documento que confirma esse princípio é o Conselho Nacional de Educação (CNE n.º 02/01), que enfatiza que as escolas devem se organizar para atender os alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo as condições necessárias para garantir a qualidade do ensino para todos (Brasil, 2001).

A LDB 9.394/96 introduz em suas novas regras uma proposta inclusiva de inclusão de alunos com deficiência nas classes regulares, porém enfatizando a sua não obrigatoriedade.

O Plano Nacional da Educação (PNE), Lei nº 10172/01, orienta a garantia da permanência e atendimento da criança com deficiência na Educação Básica. De acordo com a meta 1, cabe ao Estado,

[...] organizar, em todos os Municípios e em parceria com as áreas de saúde e assistência, programas destinados a ampliar a oferta da estimulação precoce (interação educativa adequada) para as crianças com necessidades educacionais especiais, em instituições especializadas ou regulares de educação infantil, especialmente creches (Brasil, 2001).

Essa meta exige que os estados organizem programas que ampliem o atendimento especial para crianças com deficiência em escolas especiais ou regulares.

Por fim, a lei mais recente que protege o direito à educação das pessoas com deficiência é a Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, que estabelece a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. O que confirma com maior precisão todas as regularidades já estabelecidas, precisamente no art. 27, capítulo IV, que sublinha que a educação é um direito das pessoas com deficiência, que se insere no âmbito do sistema educativo inclusivo e da aprendizagem ao longo da vida a todos os níveis, sublinhando a importância de incluir todos, independentemente das suas necessidades (Brasil, 2015).

Entretanto, o que se ver nas escolas é uma confusão dos conceitos de integração e inclusão. Não basta mandar uma criança com deficiência para a escola, é preciso que haja garantias de que ela fique, aprenda, desenvolva-se. Ela precisa ser incluída no processo de aprendizagem e deve ser acolhida e compreendida.

Destaca Mantoan (2007) que,

[...] o objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.

A mera inserção de alunos com deficiência na escola pode comprometer o seu desenvolvimento físico, mental, cognitivo, afetivo e sobretudo social. Ele deve estar envolvido nas atividades escolares e no trabalho, deve fazer parte da aprendizagem, ser o centro. A escola é o primeiro ambiente de interação social de uma criança fora da família e, quando comprometido, impede que a criança desenvolva todo o seu potencial.

1. 2 Conhecendo a criança com Síndrome de Down: conceito, aspectos genéticos e características

Uma criança com SD, possui uma anomalia cromossômica que implica várias alterações em seu fenótipo, como também no seu desenvolvimento. O Ministério da Saúde, publicou em 2013 as Diretrizes da Atenção à Pessoa com Síndrome de Down, trazendo o conceito e as características da Síndrome de Down.

A Síndrome de Down (SD) ou trissomia do 21 é uma condição humana geneticamente determinada, é a alteração cromossômica (cromossomopatia) mais comum em humanos e a principal causa de deficiência intelectual na população. A SD é um modo de estar no mundo que demonstra a diversidade humana. A presença do cromossomo 21 extra na constituição genética determina características físicas específicas e atraso no desenvolvimento (Brasil, 2013).

A Síndrome de Down caracteriza-se pela Trissomia do cromossomo 21, que é uma condição genética que altera o material genético da pessoa, ou seja, há uma mutação no DNA.

A SD pode ocorrer em três tipos de comprometimento do cromossomo: a) trissomia simples, onde há ausência de disjunção do cromossomo 21, ou seja, o acréscimo claro dos cromossomos extra ao par 21; b) trissomia por translocação, tendo uma chance menor de acontecer, é quando o cromossomo extra está sobreposto a um cromossomo de outro par, nesse caso há uma quebra em sua região central e os dois braços longos se unem e os braços curtos se perdem, pode ocorrer de forma herdada ou casual; c) mosaicismo, ocorre quando há a presença de duas linhagens celulares: uma normal com 46 cromossomos e outra trissômica com 47 cromossomos.

A Síndrome de Down geralmente “pode ser precoce no nascimento, pela presença de uma série de características, alterações fenotípicas, que se consideram em conjunto, permitem suspeitas diagnósticas” (Voivodic, 2004, p. 41), desse modo, o que diferencia a Síndrome de Down das outras deficiências, é o fato do seu diagnóstico ter base nos aspectos físicos.

As crianças com SD têm características semelhantes (fenótipo), que podem ser notadas desde o nascimento, em alguns casos ainda no feto, por meio de exames de ultrassonografia morfológica. Algumas características podem ser visíveis como;

Tônus muscular fraco, rosto largo e base do nariz achatada, olhos invejados para cima e por este motivo a síndrome também é chamada de “mongolismo” por conferir uma aparência relativamente oriental, boca pequena e céu da boca um pouco profundo, dentes pequenos fora do lugar e nascem mais tarde, orelhas pequenas, com a parte superior dobrada, cabeça pequena e pescoço curto, estatura baixa, mãos pequenas e dedo curto, cabelo fino macio e frequentemente escasso (Kozma, 2001). As crianças portadoras de síndrome de Down têm um déficit cognitivo ou deficiência mental, isto é, aprendem mais devagar e têm dificuldade de raciocínio e entendimento, e o grau da deficiência mental é variado dependendo de criança para criança e na maioria dos casos situam-se entre leve e moderado, o que lhes permite conseguir um bom nível de autonomia pessoal e social. O atraso na linguagem e o déficit de atenção são considerados características próprias dessas crianças (Fernandes, 2017).

As crianças com Síndrome de Down, podem algumas dificuldades em seu desenvolvimento, comportamento e personalidade, entretanto varia de individuo a indivíduo, mas se comparada àquelas que tem um desenvolvimento considerado normal, apresenta algumas diferenças.

No desenvolvimento motor de crianças com Síndrome de Down, pode haver um atraso significativo, visivelmente ainda bebês como engatinhar, andar, correr, pular ou mesmo ficar em pé. Considerando esse atraso, logo poderá interferir em outras áreas do desenvolvimento (Voivodic, 2004). Por haver pregas palmar única, a criança pode ter dificuldades de usar as mãos para funções básicas, como usar uma colher, escovar os dentes ou segurar o lápis. Retardo e desenvolvimento da fala pode ser observado em crianças com SD, também devido ao baixo Tônus muscular.

No que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, há um comprometimento intelectual, que dificulta o processamento de informações, bem como dificuldades em relação a memória.

Além dessas características, as crianças com SD podem apresentar outras patologias associadas, como complicações intestinais, oftalmológicas, endócrinas e auditivas. Dessa forma, o diagnóstico precoce é de suma importância pois diminui o risco de mortalidade e morbidade dessa população (Veríssimo, 2021).

Apesar da propriedade dessas características, o diagnóstico definitivo é feito por meio de uma análise genética determinada de cariotípico. De acordo com Voivodic (2017) o “cariotípico corresponde à identidade genética do ser humano e é através do exame conhecido como cariograma que se torna possível obtê-lo, mesmo no feto”.

Não é preciso apresentar todas as características para o diagnóstico definitivo, mas a presença da maioria, já pode considerar uma avaliação. Tanto o diagnóstico

quanto a intervenção, são fundamentais para propiciar uma melhora na qualidade de vida.

Os fatores exatos que levam à alteração cromossômica não são conhecidos, porém, o mais comum é referente à idade materna. Mulheres em idade mais avançada estão propensas a terem filhos com trissômicos, possivelmente devido ao envelhecimento dos óvulos (Voivodic, 2004, p. 40).

Ainda que suas características se assemelhem, a Síndrome se manifesta de indivíduo a indivíduo. Dessa forma, não é possível traçar um perfil identificador da criança com SD.

1. 3 Inclusão de crianças com Síndrome de Down na educação infantil

A educação formal, ministrada pela escola, é um processo importante na formação de todos. Tem como objetivo que os alunos aprendam e saibam como e onde buscar informações, que elas sejam produzidas de conhecimento. Logo, se este é o objetivo principal, ela assume uma importância ainda maior para as crianças com deficiência.

Todas as crianças têm direito à educação formal, para que possam desenvolver-se integralmente para a preparação do exercício da cidadania. E é por meio da interação social que facilita o seu desenvolvimento. Vygotsky (1997) cria uma teoria chamada sociointeracionista, a visão de que o desenvolvimento humano ocorre por meio do contato com o ambiente histórico e cultural. Segundo essa teoria, as crianças aprendem a medida em que se reconstroem durante os processos interativos. Logo, ele acredita que ainda que o indivíduo tenha total capacidade de se desenvolver, este por sua vez, não interagir com outros, não poderá se desenvolver completamente.

Partindo dessas premissas, as crianças com Síndrome de Down, uma vez que inseridas no ambiente escolar, têm mais chances de desenvolver suas potencialidades. As crianças com SD têm dificuldades de aquisição de habilidades, distúrbios na fala e até mesmo na progressão motora, mas quando participam nas atividades em conjunto, elas podem melhorá-las.

Para Melero (1999), é importante trabalhar os processos cognitivos da criança com SD, como memória, atenção, percepção viso-motora, etc. Uma vez que, o

professor reconhece essas necessidades e atua com uma intervenção, contribuirá para o processo de ensino e aprendizagem da criança com SD.

[...] Maioria dos alunos com síndrome de Down terá dificuldades de memória de curto prazo ou de trabalho. Isso dificulta acessar, entender e processar informações na mesma velocidade que outros alunos, mas não os impede de aprender a mesma informação. A motivação individual é a chave para aprender! (DSAWM, 2019, p. 18)

O professor tem um papel crucial na criação de um ambiente acolhedor que motive o aluno e o estimule no seu processo de ensino e aprendizagem. Considerando esse processo lento de informações que a criança com SD tem, o professor deve falar pausadamente, procurar fazer repetições de palavras sempre que possível e necessário, usar recursos visuais para melhor compreensão.

A oferta de recursos pedagógicos ou a criação de Sala de Recursos Multifuncionais, são essenciais para uma escola que possui um caráter inclusivo. É usando os recursos visuais que o professor pode ajudar o aluno com SD a compreender melhor o que está sendo ensinado.

Para DSAWM (2019),

Um fator que os professores devem considerar é o efeito que problemas crônicos de saúde têm na aprendizagem. No momento em que estavam em idade escolar, muitas crianças pequenas com síndrome de Down passaram por vários procedimentos cirúrgicos. Ainda que elas pareçam resilientes, problemas crônicos de saúde podem cobrar seu preço. A saúde geral pode ser ruim, os alunos podem ter problemas para comer ou dormir ou podem sofrer de infecções crônicas de ouvido ou sinusite.

Quando esses problemas não são considerados, eles afetam o processo de aprendizagem da criança com SD, comprometendo o seu pleno desenvolvimento. Nesse caso, o professor deve intervir juntamente com outros profissionais multidisciplinares, como fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicopedagogos, etc. Para que a inclusão realmente possa acontecer, a escola precisa reconhecer que somente com o apoio dos outros profissionais, o uso de recursos necessários e um trabalho docente pautado no aluno e suas especificidades, a inclusão pode acontecer.

1.4 As necessidades formativas dos professores e os desafios para o atendimento de crianças com Síndrome de Down

Hodiernamente, um dos maiores desafios para a promoção da inclusão nas escolas da Rede de Ensino é a formação contínua dos profissionais, não apenas dos professores, mas de todo os segmentos que atuam junto a escola.

A formação continuada é de suma importância para quem visa ter um caráter inclusivo, uma vez que a formação inicial não oferece todos os ensinos e práticas necessários para atender as necessidades das crianças com algum tipo de Deficiência. Segundo SEF/MEC (2002), “é consenso que nenhuma formação inicial, mesmo em nível superior, é suficiente para o desenvolvimento profissional, o que torna indispensável a criação de sistemas de formação continuada e permanente para todos os professores. Argumenta Volsi (2016), que a formação continuada, juntamente com a formação inicial, contribui para o melhor exercício profissional do docente, haja vista que a formação continuada é considerada elemento fundamental para o bom exercício profissional do docente.

Os professores por serem atuantes em sala de aula e responsável pela aprendizagem dos alunos, precisa de formações que possam atender as necessidades dos alunos, incluindo a criança com deficiência.

Com base a Cartilha divulgada pela DSAWM (2019),

Em um estudo de 1996 realizado em nome da National Down Syndrome Society, pais de crianças com síndrome de Down descreveram múltiplos benefícios de experiências de inclusão bem-sucedidas, incluindo maior autoestima, independência nas habilidades de vida diária, maior desempenho acadêmico, interações sociais positivas e melhoria da fala e comunicação. Eles relataram que os seguintes fatores tiveram a relação mais importante para experiências de inclusão bem-sucedidas:

- ✓ Preparação de professores;
- ✓ Formato do currículo (planos de aula e materiais);
- ✓ Gestão de sala de aula e estilo curricular do professor;

Ainda que tenha ocorrido há mais de 20 anos, é evidente que a formação continua favorece no processo de inclusão da criança com SD. Os problemas de ensino estão relacionados a reflexão, uma vez que a formação continuada é uma ação reflexiva que o professor tem da sua prática docente para contribuir com o processo de aprendizagem de seus alunos.

Dessa forma, a formação continuada perpassa além da formação de professores como também o currículo, metodologia. O professor irá refletir sobre a

sua prática, ajudando a desenvolver a capacidade reflexiva sobre o seu trabalho docente (Libâneo, 1998).

É partindo dessa ação que o professor ponderar consigo “como devo ensinar?” ou “será se meu aluno está aprendendo?”. São esses questionamentos que levam o professor a concluir que sua formação inicial em si não basta, e quis é preciso de uma base teórica que se alinhe com a prática.

Para que a criança com SD possa ser incluída e desfrutar de um ensino de qualidade que atendam as suas necessidades, é preciso criar lugares ou posições apropriados às diferenças, de modo a interconectá-las, ampliar a socialização e admitir que a educação inclusiva tem valor fundador de uma ética educacional voltada para um projeto de educação para todos. Mas para essas ações ocorrer, exige do profissional uma base teórica, uma ação reflexiva que só é alcançando em uma formação posterior.

A LDB n. 9.394/96, regulamenta a oferta da formação continuada no Art. 62, parágrafo primeiro, “a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”, sendo assim é dever, obrigação por parte de todo o Estado ofertar a formação continuada. Já no parágrafo único, a LDB flexibiliza o lugar em que está formação será ofertada:

Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (Brasil, 1996).

A formação continuada deve ser ofertada ou no local de trabalho ou em instituições de educação. Entretanto, o que se vê, na grande maioria dos casos, é a ausência dessas formações nos locais de trabalho, ainda que seja ofertado algumas pelas secretarias de educação do estado, não condiz com as realidades em sala de aula.

CAPÍTULO II

2 CAMINHOS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Aqui serão abordados os aspectos metodológicos da pesquisa, descrevendo-se os procedimentos necessários e úteis para investigar o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down em um CMEI de Teresina – PI.

Para alcançar os objetivos propostos e melhor compreensão deste trabalho, será realizada uma pesquisa de campo sob abordagem qualitativa, por tratar mais de aspectos subjetivos, como destaca Minayo (2008), que na abordagem qualitativa o mais importante é objetivação, compreender as relações de sujeito e seus valores, uso de instrumentos de coletas de dados adequados e uma análise minuciosa dos dados.

Considerando os objetivos e o intuito de conhecer a problemática sobre a temática, foi realizada uma pesquisa descritiva. Segundo Gil (2002, p. 42) “as pesquisas descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Quanto aos procedimentos técnicos, tende a ser mais vantajoso o uso da pesquisa de campo, por consistir, de acordo com Marconi e Lakatos (2017, p. 203) “na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes para analisá-los”.

2. 1 Instrumentos de produção de dados

Para obtenção dos dados necessários, foi utilizada a técnica da observação e entrevista estruturada. O uso da entrevista estruturada deve-se ao fato de ser um instrumento flexível para a coleta de dados, mas que parte de um questionário pré-estabelecido, que não se limita a ele e pode ser facilmente modificado (Marconi; Lakatos, 2017).

Segundo Nova (2020) em uma entrevista estruturada “embora as pautas sejam específicas, há margens para que as pessoas entrevistadas possam responder livremente, desde que mantenham atenção ao tema”. Sendo assim, ainda que a

entrevista seja dirigida por um roteiro, com perguntas pré-estabelecidas, há uma liberdade para explorar as perguntas, desde que não fuja do tema.

Também preferiu-se a observação não participante, no qual o pesquisador teve contato com os envolvidos, a realidade estudada, porém como mero espectador. Entretanto, como afirma Marconi e Lakatos (2017) “isso, porém, não quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida ordenada”, logo trata-se de uma observação de caráter sistemático, pois como instrumento será usado um roteiro.

2. 2 Sujeitos e campo da Pesquisa

Os participantes da pesquisa neste estudo foram o/a aluno/a com Síndrome de Down, o/a professor/a titular de sala, o/a professor/a auxiliar que substitui a professora titular no horário pedagógico e a Gestão de 1 (um) Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) localizada na Zona Sudeste da referida cidade.

Os sujeitos dessa pesquisa, foram escolhidos partindo dos seguintes critérios: para a escolha da criança, foi ter a Síndrome de Down (premissa para objeto de estudo da pesquisa); do/a professor/a titular por ser o profissional que convive e participa da rotina da criança, responsável por educar, cuidar, acolher em sala de aula, logo também incluir e também a professora substituta, pois possuem contato constante com a criança com SD. E a Gestão, por ser responsável em receber crianças com deficiências no ensino regular, de acordo com a Lei e atender as necessidades do aluno.

O CMEI foi escolhido devido a sua proximidade do bairro da referida autora deste trabalho, ter inserido em seu contexto escolar pelo menos 1 (uma) criança com Síndrome de Down, e possuir disponibilidade e autorização para a realização do estudo.

Assim, a pesquisa referente ao estudo abordou os participantes de uma escola pública, a qual não foi identificada no texto do trabalho, localizada na Zona Sudeste de Teresina, capital do Piauí.

2. 3 Critérios de eticidade na Pesquisa

Como já relatado na seção anterior, a pesquisa foi realizada em 1 (uma) instituição escolar, envolvendo pessoas, portanto foi solicitada a autorização da instituição coparticipantes, solicitado e aceito a adesão dos participantes.

Mediante o exposto, foi garantido o cumprimento dos critérios e princípios éticos da pesquisa (Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde do Brasil). Não exposta as identidades dos participantes, não foram revelado o nome do CMEI, bem como foram preservadas as informações pessoais dos envolvidos na aplicação dos instrumentos e desenvolvimento da técnica durante a coleta de dados e na escrita dos textos da monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso. Assim sendo, tem-se o conhecimento dos critérios de eticidade em Pesquisa com seres humanos, entre outros, garantir o anonimato das pessoas participantes e da instituição, garantir a dignidade, o bem-estar das pessoas participantes.

Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), estabelecido pela resolução CNS nº 510/16, aos participantes da pesquisa como forma autêntica de pedir participação, explicar metodologia, os direitos, os riscos, benefícios e ser autorizado para a realização da pesquisa conforme explicado de forma sucinta no corpo do termo. Dentre os critérios, tem-se: sigilo da pesquisa, que foi realizado ou cumprido com a utilização de nomes fictícios para a instituição e para os participantes.

Como critérios de inclusão: o critério de inclusão da criança foi ter a Síndrome de Down (objeto de estudo da pesquisa) e estar matriculada na educação infantil, do/a professor/a titular por ser o/a profissional que convive e participa da rotina da criança, responsável por educar, cuidar, acolher em sala de aula, logo também incluir e os/as professores/as auxiliares, que substituem a professora titular no horário pedagógico, por estar constante contato com a criança com SD. E a Gestão, por ser responsável em receber crianças com deficiências no ensino regular e atender as necessidades do aluno. O CMEI foi escolhido devido a sua proximidade do bairro da referida autora deste trabalho, ter inserido em seu contexto escolar pelo menos 1 (uma) criança com Síndrome de Down, e possuir disponibilidade e autorização para a realização do estudo.

Como critérios de exclusão: não participaram da pesquisa as demais crianças pelo fato de não terem a Síndrome de Down (objeto de estudo da pesquisa), os demais professores/as por não participarem da rotina do aluno com Síndrome de Down e

conviver diariamente em sua sala de aula. Os demais Centro Municipais de Educação Infantil (CMEI) e seus gestores, não foram escolhidos por não terem recebido matrículas de alunos com Síndrome de Down e/ou possuir localização distante do bairro da aluna pesquisadora.

Sobre os Riscos da Pesquisa: esta pesquisa possui riscos de desconforto, riscos de constrangimento, de incômodos no momento das entrevistas e/ou observações, mas a pesquisadora procurou evitar ou amenizar esses riscos e os desconfortos para os participantes. Em ocorrendo tais desconfortos ou incômodos a pesquisadora garante assistência aos participantes para que sejam amenizados e não provoque maiores problemas às pessoas envolvidas.

Os dados foram coletados e produzidos após aos participantes serem conhecedores dos objetivos, da metodologia da pesquisa e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a sua anuênciia. Nesse sentido, os possíveis riscos que a pesquisa poderá trazer aos participantes se inserem no contexto pessoal ao relatar e expor sobre a inclusão de crianças com Síndrome de Down, os desafios e as possibilidades no contexto escolar, expondo assim suas experiências docentes e práticas ao receber a criança com Síndrome de Down no ambiente escolar, os momentos vivenciados dentro e fora de sala de aula, as expectativas, os anseios e as dúvidas.

As medidas adotadas para evitar e minimizar os possíveis riscos foram, inicialmente garantir ações ocorram em espaços reservados e com garantia de tal sigilo, não gerar nenhum ônus para os participantes, a garantia de total liberdade para saírem das mesmas quando quiserem; preservar os dados. Tendo em vista que os dispositivos eletrônicos podem apresentar falhas, para evitar tais falhas, pretende-se realizar o arquivamento dos documentos em ambiente compartilhado ou “nuvem” que serão utilizados durante a pesquisa. Em todo momento, foi mentido o diálogo e a interação com os partícipes para sanar ou minimizar dúvidas e solucionar quaisquer problemas que possam interferir na execução das ações propostas.

Os benefícios pós-pesquisa ou o retorno para o CMEI e docentes dar-se-á através da apresentação dos resultados da pesquisa e de sugestões de encontros formativos para o atendimento das necessidades da criança com Síndrome de Down, elaboração de estratégias para a promoção da inclusão dentro e fora de sala de aula, no intuito de promover um ambiente escolar mais inclusivo.

Além disso, o presente estudo e a participação efetiva dos participantes contribuirá para a reflexão e compreensão do processo de inclusão da criança com Síndrome de Down na educação infantil, a partir dessa postura reflexiva, ações que promovam uma educação numa perspectiva inclusiva.

2. 4 Metodologia de análise de dados

A metodologia de análise de dados, especialmente o tratamento dos dados coletados ou produzidos no campo da pesquisa, será desenvolvida sob uma abordagem qualitativa, por tratar mais de aspectos subjetivos, como destaca Minayo (2008), que na abordagem qualitativa o mais importante é objetivação, compreender as relações de sujeito e seus valores, uso de instrumentos de coletas de dados adequados e uma análise minuciosa dos dados. Essa abordagem se caracteriza por “[...] descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo [...]” (Richardson, 2012, p. 80).

Mediante o exposto, após a recolha ou produção dos dados no campo de pesquisa, feita após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UESPI, será adotada uma metodologia de análise com base em Abreu (2015); Gil (2002) e Bogdan e Biklen (1994). A análise de dados é compreendida neste trabalho de acordo com a concepção de Bogdan e Biklen (1994), para os quais significa o processo de busca e organização sistemática das informações que forem recolhidas no campo com uso do instrumento e da técnica de pesquisa adotada, como é o caso da entrevista guiada escolhida para este estudo.

A análise de dados deve ser feita de acordo com passos orientados por Abreu (2015) para quem os dados, uma vez recolhidos ou produzidos no campo, devem ser inicialmente transcritos fielmente às falas e às gravações feitas ou às notas de campo, seguindo-se da criação de um arquivo com as perguntas e as respostas obtidas quando do uso de questionários e entrevistas ou categorizados de acordo com os aspectos dos roteiros de outras técnicas, quaisquer que sejam os instrumentos. Neste trabalho, especificamente, optou-se pelo instrumento roteiro de entrevistas que, uma vez aplicado, a partir do qual será feito um agrupamento de questões com perguntas

afins para cada seção de texto do capítulo das análises de dados, além de um roteiro de observação, por se tratar de um plano específico e estruturado.

Para realização da análise dos dados proposta, mediante o exposto, contemplaremos a recomendação de Gil (2002) para quem a análise deve ser feita na forma de uma sequência de atividades que envolva a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório. Dando continuidade, com base em Abreu (2015), será feito um agrupamento de perguntas e respostas ou de aspectos / temas selecionados, separando grupos de perguntas e respostas ou aspectos / temas por campo ou unidades do conteúdo, aspectos relacionados entre si os quais serão analisados por seções de texto.

Concluída a análise da primeira questão ou primeiro aspecto / tema analisado, dar-se-á prosseguimento à análise da segunda questão ou aspecto desenvolvendo os mesmos passos até concluir todas as questões da primeira seção de texto e passar para a segunda seção de texto.

CAPÍTULO III

3 OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN EM UM CMEI DE TERESINA – PI

A inclusão escolar, na teoria e na legislação, deve garantir que todos os alunos tenham acesso à educação e que suas necessidades sejam atendidas, ou seja, cada criança, adolescente, jovem, idoso, tem o direito de receber uma educação de qualidade, isso inclui a oportunidade de desenvolver-se integralmente as suas potencialidades.

Entretanto, há inúmeros desafios que permeiam o processo de inclusão de crianças com algum tipo de deficiência no ambiente escolar, que acarreta outros problemas como a expansão do preconceito e exclusão do aluno. Embora atualmente haja um grande número de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), entre outras deficiências matriculadas na rede pública de ensino, há também a criança com SD, que também busca o seu espaço e garantia dos mesmos direitos.

Por isso é um papel crucial da escola favorecer esse acolhimento para que todas as crianças, não só sintam-se incluídas, como também possam usufruir de uma educação com uma boa qualidade de ensino. Cada aluno merece aprender, ter a oportunidade de construir a sua identidade e é na escola que se espera que isso aconteça, ou ela não teria uma função social.

No que concerne sobre a inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down em Teresina, observou-se que embora a escola receba a criança com SD, ela não está sendo incluída, tendo em vista que para que a inclusão aconteça é necessário uma mudança no modo de pensar sobre a inclusão, adaptar ou recriar um currículo que atenda as necessidades desse público e somente a formação inicial que a maioria dos profissionais possuem não garante que esse aluno possa desenvolver-se integralmente.

Nessa perspectiva, este capítulo foi dividido em quatro subseções, sendo a primeira “concepções de inclusão na perspectiva dos/as participantes”, no qual apresentado os resultados a respeito das concepções de inclusão dos participantes; o segundo tratou-se sobre “o contato docente com a Síndrome de Down”, onde foi exposto os resultados a partir do conhecimento geral das participantes sobre o que é

a Síndrome de Down e o papel do professor para promoção da inclusão. Já a terceira, buscou-se analisar “os desafios e possibilidades na inclusão do/a aluno/a com Síndrome de Down”. E por fim, foi discutido sobre “a importância da formação continuada dos docentes para a promoção da inclusão”, e nesta subseção foi apresentado resultados a cerca das necessidades formativas dos profissionais para que a inclusão ocorra, bem como o conhecimento sobre as bases legais que orientam a inclusão para a garantia dos direitos da criança com Down dentro do ambiente escolar.

3. 1 Concepções de Inclusão na perspectiva dos/as participantes

Para que a inclusão aconteça, antes é preciso que haja uma mudança de paradigmas, uma mudança de pensamento. É preciso entender o que de fato a inclusão é, para garantir que ela ocorra. A compreensão de que inclusão não é somente a garantia de oferta de vagas ou a inserção da criança com deficiência na classe regular, possibilita um repensar de concepções, pensando no aluno como centro do ensino e podendo ser oferecido um ensino mais significativo que contemple todos alunos, considerando as suas particularidades.

Nessa perspectiva, observou-se que as entrevistadas consideram a inclusão como “respeito as diferenças para a garantia dos seus direitos e incluir em todas as atividades da escola”. Esse pensamento fica evidente em uma das falas das entrevistadas:

Professora Lírio: Saber compreender e respeitar as diferenças, de forma a criar um ambiente igualitário e respeitoso para todos.

Pedagoga Jasmim: Incluir os estudantes atípicos em todas as atividades da escola, respeitando as suas limitações.

Segundo essas afirmações, para que a inclusão aconteça, antes é preciso reconhecer que todos são diferentes uns dos outros, e que por isso precisa ser garantido os mesmos direitos. Somente entendendo, que um aluno é diferente do outro, é possível atender as suas diferentes necessidades, que uma única forma de ensinar não é o bastante.

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela a escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. (Mantoan, 2007, p. 45)

Quando a escola comprehende que a inclusão não diz respeito apenas à criança com deficiência, mas a todas as crianças, a leva a querer rever o próprio currículo, Projeto Político-Pedagógico, consequentemente melhorando a qualidade do ensino ofertado. Uma escola que oferece uma educação numa perspectiva inclusiva, precisa rever a sua prática de ensino.

Outro ponto que foi analisado é a forma como as crianças com deficiência ainda são chamadas ou tratadas. As entrevistadas procuraram achar uma melhor forma de chamar a criança sem que isso a lhe desrespeitassem, entretanto a escolha das palavras, demonstraram a falta de conhecimento sobre a inclusão e suas nomenclaturas. Como pode ser perceptível na fala da diretora:

Diretora Girassol: Inclusão como o próprio nome já se subentende e incluir de forma justa e plena as crianças portadoras de necessidades especiais em todos os órgãos principalmente nas escolas. Garantindo a todas seus direitos como cidadãos que são. Ter o direito de igualdade.

Os termos “Portador de Deficiência”, “Portador de Necessidades Especiais” ou “Necessidades Educativas Especiais” foram muito usados no Brasil entre os anos 1986 a 1996, em documentos, registros, livros, até mesmo nas falas das pessoas, mas o termo já não é mais aceitável pois a Deficiência não é algo que se porta, que pode lhe ser tirado, mas uma condição que faz parte da vida. O termo correto é Pessoa com Deficiência, que foi aprovado após debate mundial e passando a ser utilizado nos textos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências, adotada em 2006 pela ONU e retificada pelo Decreto Legislativo n. 186 de 9 de julho de 2008.

Essa variedade de termos que foram usados ao longo do tempo apenas serviu para mostrar que existe diferenças tanto em significado quanto em aumento de preconceito. Observando a fala da diretora, ao referir-se as crianças com deficiência de “portadoras de necessidades especiais”, seria o mesmo que dizer que toda criança com deficiência tem uma necessidade educativa e vice-versa. E isso seria uma afirmação errada e bastante preconceituosa.

[...] o sintagma “necessidades especiais” não deve ser tomado como sinônimo de deficiências (mentais, sensoriais, físicas ou múltiplas), porque não traduz aquilo que os educadores realmente querem dizer. Eventualmente, as necessidades especiais podem ser educacionais, ou seja, pertinentes no campo da educação. (Ferreira e Guimarães, 2003, p. 30)

Desse modo, compreender que até a forma como é referida as crianças com deficiências podem influenciar positiva ou negativamente na promoção da inclusão dentro do ambiente escolar.

Há também uma confusão de conceitos quando se trata sobre a inclusão, podendo confundir com a integração, onde o aluno com deficiência é apenas inserido nas classes regulares. Como evidenciado na fala a seguir:

Pedagoga Petúnia: Incluir os estudantes atípicos em todas as atividades da escola, respeitando as suas limitações.

Partindo dessa premissa, tratar a inclusão apenas como incluir ou inserir dentro do ambiente educativo, nas atividades escolares, sem antes preparo, adaptação, planejamento, seria meramente integração.

De acordo com Mrech (1999), a integração se define como uma prática seletiva, pois é o aluno com deficiência que precisa adaptar-se a escola e sua rotina. Ou seja, permitir que a criança com deficiência participe das atividades propostas não garante que ele seja incluído, mas apenas integrado.

A concepção de inclusão, principalmente no que tange a criança com SD, é ainda limitada, há a necessidade de compreensão do que as leis dizem para assegurar e garantir os direitos do aluno com SD dentro do ambiente escolar. A respeito sobre o conhecimento das leis e documentos normativos que orientam a inclusão, obteve as seguintes respostas.

Diretora Girassol: sei muito pouco, deveria me aprofundar mais. Sei por exemplo, que não pode ser negada matrícula a essas crianças.

Observando a resposta dada pela diretora do CMEI, um fator primordial para a inclusão é oferta de ensino regular para todas as crianças. É lei. É um direito de todos. Sendo assim, nenhuma escola pode negar a matrícula de uma criança com deficiência.

De acordo com a Lei n. 13.146/2015, no Art. 8º;

Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa:

I – recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência;

O CMEI que tem como visão uma educação mais inclusiva, já direciona o seu primeiro passo ao certificar-se que o direito ao acesso ao ensino regular em uma escola mais próximo de casa esteja sendo cumprido.

Em contrapartida, é comum encontrar brechas nas leis, uma vez que o direito da criança com deficiência de ter acesso e permanência seja “preferencialmente” em escolas de ensino regular. Esse termo deixar a margem, podendo a criança ainda somente as leis por si só não garantir um ensino de qualidade. É necessário um agir do Poder público, na valorização dos profissionais de educação, melhorias salariais como incentivo, melhorias de condições de trabalho, da própria escola e apoio das famílias.

Professora Jasmim: Existe vários Marcos legais que falam sobre, que orientam sobre a educação inclusiva, nós temos os PCNs, a LDB, os direitos humanos e a própria Lei da Inclusão, mas só essas leis, essas políticas públicas não são suficientes para assegurar que essas crianças tenham uma educação de qualidade no ambiente escolar. (...) é necessário que haja outras coisas, seja pela família, pelo Estado assim como a escola e os professores para poder que haja essa inclusão, porque o que a gente vê na maioria dos casos são crianças que são negado esses direitos né porque eles precisam de um acompanhamento de multiprofissionais para poder eles desenvolver a sua parte cognitiva, motora e afetiva.

Em consonância com o que a professora relatou, todos esses segmentos, quando trabalhando com único propósito, a qualidade de ensino para todos, juntamente com o apoio de outros profissionais contribui para a inclusão.

3. 2 Os desafios na inclusão de alunos/as com Síndrome de Down

Foi analisado a compreensão das entrevistadas quanto ao que sabiam sobre a Síndrome de Down, sendo perceptível em suas falas limitadas que não sabiam muito, mas chegaram a conclusão de tratar-se de condições genéticas.

Professora Lírio: Bem pouco, eu tenho como alteração que afeta a parte neurologia da criança.

Professora Jasmim: Em relação ao que eu sei sobre a Síndrome de Down é uma mudança no código genético da criança que afeta as características físicas, motoras e psíquicas.

Diretora Girassol: Que é uma má formação genética na hora da formação embrionária.

Pedagoga Petúnia: Condição genética, causando as divisões dos cromossomos.

A Síndrome de Down caracteriza-se por uma adição cromossômica, ou seja, o surgimento de um cromossomos a mais no Par 21 das células humanas. Por se tratar de uma condição genética, ela compromete o desenvolvimento neuropsicomotor. “Quase todos os indivíduos com SD tem comprometimento cognitivo porém em graus variáveis. Problemas de desenvolvimento ficam aparentes no primeiro ano de vida devido ao atraso para desempenhar ações como sentar, engatinhar e andar”, afirma a Comunidade Sanar (2020).

Sendo assim, atividades simples que faz parte do desenvolvimento da criança pode acontecer com as crianças com SD, porém em um ritmo mais lento. A fala, por exemplo, pode demorar a ser desenvolvida devido ao baixo tônus muscular, o que desencadeia problemas de comunicação. Além dessas dificuldades, outras que afetam diretamente a saúde da criança com SD:

Quanto aos distúrbios auditivos, 38-78% dos pacientes com SD desenvolvem problemas desse cunho. A otite média é um problema frequente (50-70% das crianças com SD), (...) Obesidade, atribuída à taxa metabólica de repouso reduzida relacionada à SD. Em geral, o peso é menor que o esperado para a maioria das crianças com SD e então aumenta desproporcionalmente de forma que a maioria delas são obesas aos 3-4 anos de idade. (Comunidade Sanar, 2020)

De acordo com o artigo, a criança com SD apresenta muitas limitações que podem dificultar o seu desenvolvimento e sua aprendizagem. Esses problemas, uma vez que não observados com atenção na escola, dificulta o trabalho docente, e o impede de atender as necessidades da criança e desenvolver as suas potencialidades, consequentemente se torna um empecilho para a inclusão.

Durante a entrevista, as professoras relataram a sua experiência pela primeira vez em contato com uma criança com Síndrome de Down. Ambas sentiram como

um desafio, tendo em vista que era a primeira vez que em sua sala de aula havia uma criança com Síndrome, encontraram algumas dificuldades ao longo do percurso, mas que foram se adaptando a nova rotina e alcançando alguns positivos.

Professora Lírio: Me apaixonei, embora um desafio novo, aonde fui descobrindo como trabalhar com Down na vivencia do dia a dia em de sala.

A professora Lírio, descreve o seu sentimento como “apaixonei”, essa afirmação ficou evidente durante as aulas ministradas, pois tratava a/o aluno/a de forma carinhosa, sempre acariciava e chamava a criança por um apelido carinhoso, uma abreviação do nome. Em contrapartida, como a mesma havia dito ser um “desafio novo”, ainda tinha dificuldade em envolver a criança nas atividades e até mesmo na rotina escolar.

[...] A professora colocou as crianças para assistir um vídeo sobre a cultura indígena, chamou as crianças para se sentarem em volta da TV. Apenas Rosa não foi, estava afastada brincando. A professora a chamou, mas não obtendo resposta, desistiu. O irmãozinho dela (que é gêmeo) se levantou e foi até ela e trouxe, mas ela não quis se sentar com os dramas, sentiu longe e não teve acesso ao vídeo. (Diário de bordo, 29/10/2024)

Nesse relato, retirado do Diário de bordo, durante a aula a professora não conseguiu envolvê-la na atividade proposta para aquele dia, revelando um déficit no planejamento. O planejamento é fundamental para uma aula, mas nem sempre o que é planejado sai como esperado, por isso ele é flexível, no qual sempre poderá ser modificado conforme a realidade da sala de aula.

É no planejamento que consta os objetivos que se espera alcançar uma determinada aula, logo os seguimentos seguintes contribuirão para que se atinja esses objetivos. Bem como o conteúdo que será ministrado, a metodologia, que norteará o professor na melhor estratégia de ministrar a aula.

É importante destacar quais os recursos, meios, materiais e procedimentos que serão adotados ao longo da disciplina para desenvolvimento das aulas e escolha das estratégias de ensino e de aprendizagem, forma de aula, dinâmicas, etc. Na metodologia deve estar explícito quais as estratégias metodológicas e didáticas serão usadas pelo professor para atingir os objetivos propostos na disciplina. (Spudeit, 2014, p. 2).

Um planejamento bem elaborado, também permitirá o professor rever as suas práticas docentes, se algo não saiu como desejado em um certo dia, o próximo planejamento já lhe garantirá um novo olhar e a busca por novas estratégias. Quando não há essa preocupação, a criança por sua vez, pode ter dificuldades em acompanhar as atividades.

Professora Lírio: devido algumas limitações como: dificuldades motoras, problemas sociais e na linguagem, entre outras.

As limitações na qual a professora se refere, para ela é o que tem dificultado o trabalho pedagógico com a criança com SD. A criança não acompanha as atividades propostas, logo a sua aprendizagem é comprometida, quando não nenhuma intervenção a respeito. Por isso que Avaliação é de suma importância.

Afirma Spudeit (2014, p. 4);

A avaliação comprehende todos os instrumentos e mecanismos que o professor verificará se os objetivos estão sendo atingidos ao longo da disciplina. Dessa forma, deve ser uma avaliação processual e registrada constantemente acerca da aprendizagem do aluno com base nas metodologias propostas que podem verificadas por meio da aplicação de exercícios, provas, atividades individuais e/ou grupais, pesquisas de campo e observação periódicas registrada em diários de classe.

Com base no exposto acima, uma vez que o professor comprehende que ao avaliar de forma processual o processo de aprendizagem dos alunos, lhe permitirá chegar mais perto de alcançar os objetivos. Assim, a criança com SD pode tornar-se centro desse processo.

[...] Na hora da atividade, a auxiliar de turma distribuiu a atividade xerocada para todos os alunos, incluindo a Rosa, mas a professora recolhe a atividade dela e diz que ela fará depois. A professora deu prioridade para os demais alunos, tanto ela como as auxiliares que estavam em sala, se sentaram com cada criança para ajudar na atividade e Rosa ficou dispersa. (...) A Rosa não fez a atividade pela manhã, então chegou o período do descanso e ao terminar, todas as crianças foram acordadas, a menina permaneceu dormindo. Cada um deram continuidade as atividades dada pela manhã, pois como a tiram tinha 25 alunos, não deram conta de ajudar todos. Rosa não participou de nenhuma atividade naquele dia. (Diário de bordo, 29/10/2024)

Nessa outra situação, a professora também não conseguiu realizar a segunda atividade proposta, que era escrita. Na sala tinha a professora titular e mais duas auxiliares, sendo uma delas Apoio à inclusão exclusivamente para um aluno da sala

diagnosticado com TEA (Transtorno do Espectro Autista). Percebe-se que mesmo tendo duas auxiliares em sala, ainda não era o suficiente para atender a demanda, devido a quantidade de alunos em sala.

Considerando que a turma é de Maternal II, crianças que ainda estava em processo de aprendizagem, processo de escrita, todas necessitavam de auxílio para o exercício das atividades. Um dos desafios que a escola enfrenta para a inclusão é a necessidade de Apoios que auxiliam no cuidado com as crianças com Deficiência. A demanda é alta, logo o reforço é limitado. Como é explicado na fala da Diretora:

Diretora Girassol: Segundo a SEMEC, um acompanhante vai exclusivamente para uma criança quando a mesma mão tem nenhuma autonomia para sua locomoção, alimentação e higiene. A escola hoje atende uma criança com SD e auxiliar que tem na turma atende a mesma dentro das possibilidades, haja visto que a turma tem mais 3 crianças atípicas.

Como a turma, possui mais de três crianças com laudos, torna inviável tanto para a professora quanto para as auxiliares, considerando rotina de escola integral. Mas uma estratégia quanto as realizações das atividades ou adaptações poderia ser uma estratégia, para que o processo de Inclusão dessa criança ocorra e não haja precificação no processo de ensino e aprendizagem.

Haja vista, que é direito da criança com deficiência, um profissional de apoio escolar, como está previsto na Lei Nº 13.146/2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Segundo o documento:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:
(...) XVII – oferta de profissionais de apoio escolar; (Brasil, 2015)

Portanto, se a escola tem essa necessidade, mas a própria secretaria de educação não manda, estão esse direito está em risco. A escola não pode ficar de braços cruzados, uma educação de qualidade é direito de todos, e se há uma lei que orienta o Poder Público ofertar, é preciso lutar por essa garantia e fazer com está lei seja cumprida.

Dessa forma, as próprias Leis criadas para garantir que a inclusão aconteça por não serem cumpridas, torna-se um dos fatores que atrapalham o processo de

Inclusão. A ser questionada quanto aos desafios do seu trabalho docente, uma das entrevistas pontua:

Professora Jasmim: Apesar de nós termos políticas públicas elas não atendem na prática de forma eficaz, porque os profissionais não foram qualificados, as escolas não tem equipamentos suficientes para atender, a família não é acompanhada, então era necessário que houvesse realmente essa junção, um cuidado com isso, as famílias elas não aceitam e não procuram os órgãos, e ao acesso a essas ações, então dificulta mais essa educação inclusiva. É necessário que haja uma ação que partisse do Estado, da escola e da família.

As dificuldades mencionadas na fala da professora, são previstas por Lei, mas como a própria disse “elas não atendem na prática de forma eficaz”. Infelizmente, se a família não intervir, a própria escola reconhecer e atender às necessidades da criança com SD, e o Poder Público não garantir o cumprimento dessas leis, essa criança passar o seu processo de ensino na educação infantil, com dificuldade gravíssimas que podem se perpetuar até a vida adulta.

A Escola regular, que é um direito de todas as crianças. Desde 2016, com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, o poder público tem a obrigação de assegurar e promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência. Essa determinação envolve todos os níveis de ensino da escola regular, seja ela pública ou privada. (Duarte, 2022, p.32)

Como o autor explícita, é obrigação, dever de promover a garantia de todos os direitos da criança com deficiência, em condições de igualdade. Ou seja, incluindo equipamentos adequados, recursos e capacitação.

Para a professora Jasmim, o seu contato com a criança com SD, também foi desafiador, principalmente por causa do retardamento no desenvolvimento da fala.

Professora Jasmim: O meu primeiro contato com a criança com Síndrome de Down foi desafiador, até porque ela não verbalizava né, ela mais conduzia a gente, mas depois deu pra mim realizar determinadas tarefas com ela.

O problema na comunicação tem um parcela no atraso do desenvolvimento da criança, mas cada criança encontra seu próprio jeito de se comunicar com outros, e quando se observa essa potencialidade, lhe permite encontrar o melhor caminho para alcançar uma boa estratégia.

Muitos indivíduos com Trissomia do 21 não desenvolveram a comunicação verbal por causa da apraxia da fala (caracterizado pela dificuldade de programação e planejamento das sequências, dos movimentos motores da fala) por decorrência de uma deficiência auditiva ou até pela complexidade de sua condição intelectual. Porém, a Comunicação Alternativa Aumentativa (CAA) se apresenta como um grande conjunto de estratégias e ferramentas com potencial para aumentar a capacidade comunicativa em pessoas que não conseguem utilizar a comunicação verbal. Ela valoriza a expressão, a partir de outros canais de comunicação diferentes da fala: gestos, sons, expressões faciais e corporais podem ser utilizados e identificados para manifestar desejos, necessidades e opiniões. Também podem ser usadas ferramentas tecnológicas como os aplicativos para auxiliar na comunicação. (Duarte, 2022, p.47)

Nessa perspectiva, o uso dos diferentes canais de comunicação favorecem para o desenvolvimento da criança com SD. Na rotina da sala de aula, no momento da acolhida, uso de músicas com gestos, danças, brincadeiras e jogos, são estratégias que auxiliarão o professor, a medida que conhece melhor o aluno. Também utilizar ferramentas tecnológicas, desde que se atentem para a participação efetiva da criança com SD, aumenta a chances para o alcance de possíveis êxitos.

Esse agravante, pode levar a criança ter dificuldade em se comunicar não apenas com o professor de sala, mas os demais alunos, ocasionando a exclusão. Crianças precisam se comunicar umas com as outras para estabelecerem relações de amizade, e quando essa comunicação não existe, outras crianças que também estão em processo de desenvolvimento, tende a se aproximar mais daqueles que facilmente se relacionam. Observando a fala da professora titular:

Professora Lírio: A falta de compreensão pode levar a exclusão e baixa autoestima. Os outros estudantes podem carregar alguns preconceitos, o que pode acarretar situações de chacota. Isso, por sua vez, pode afetar ainda mais o desempenho escolar entre outros.

É neste momento que a atuação do professor é de suma importância, o professor deve intervir em situações corriqueiras que são desafios para inclusão. É preciso criar um ambiente acolhedor, ressaltando que apesar das diferenças, todos são iguais e merecem igual respeito. Ensinar sobre respeito às diferenças, deve ser trabalhado durante todo o período letivo, valendo-se também de projetos de intervenção com toda a escola.

Por este motivo, o papel do professor torna-se de suma importância para o processo de inclusão da criança com SD. De acordo com o posicionamento da

professora titular da sala, o professor é essencial, pois cabe a esse profissional oportunizar uma educação de qualidade em condições de igualdade.

Professora Lírio: O papel do professor na inclusão do aluno com síndrome de Down é essencial, cabendo-lhe realizar um trabalho voltado ao direito da igualdade e de oportunidade, que exige metodologias e estratégias diferenciadas, de modo a oferecer a cada indivíduo o que melhor atenda às suas necessidades frente às suas características.

Contrapondo a fala da professora, foi evidenciado mediante as observações realizadas, que os planejamentos semanais bem como planos de aulas, são feitos coletivamente. Cada professora fica responsável por elaborar um plano de aula semanal, além de elaborar as estratégias, recursos que serão utilizados. Este plano é repassado para as outras professoras, ou seja, um único plano elaborado para as quatro turmas de maternais, um para as de 1º período e um para o 2º período. A cada semana é feito esse rodízio com os professores.

O perigo de se utilizar um mesmo plano de aula está justamente no impedimento em atender as necessidades dos alunos. O aluno é o centro do processo de ensino e aprendizagem,

Não somente o Plano de aula é importante para o trabalho docente do professor como também emerge a necessidade do uso de um Plano Educacional Individualizado (PEI) que ajudam na elaboração de metodologias e estratégias, como foram mencionados pela professora. Esse Plano permitirá o professor conhecer o perfil do aluno e elaborar propostas que possam atender as suas necessidades.

Por meio do PEI, a escola vai enxergar cada aluno de forma individualizada, considerando todas as peculiaridades de seu desenvolvimento. Entre as atribuições do PEI está a adaptação curricular para cada necessidade, levando em consideração os desafios motores e intelectuais e o estilo de aprendizagem de cada aluno. (Redação Lyceum, 2019)

É por meio desse plano que Professor pode trabalhar com seu aluno, na qual constará os avanços, as dificuldades, o que ele já aprendeu e o que falta aprender. Irá considerar as suas dificuldades de aprendizagem como memória, escrita, leitura e procurar estratégias que melhor se enquadram.

Por isso, o uso de planos coletivos pode estar se tornando um desafio para a promoção da inclusão. É preciso adotar novas medidas em relação a elaboração dos planejamentos para que possam considerar as necessidades de cada aluno.

Segundo a professora, o professor é um facilitador do processo de ensino e aprendizagem, mas ele sozinho não consegue garantir o êxito desse processo.

Professora Jasmim: O papel do professor na inclusão de crianças com Síndrome de Down é realmente o facilitador, ele vai facilitar e mediar essa interação com as crianças e com o processo de ensino e aprendizagem e principalmente na idade que ela estava, com três anos, as crianças com três tem umas determinadas dificuldades em realizar as tarefas e principalmente uma criança que tem a Síndrome de Down. Por essas crianças, pra desenvolver o caminhar, o sentar, o pular, o correr, o pintar, todas essas atividades tinha que ter a intervenção não só do professor mais de uma pessoa acompanhando, até porque a gente ficava com medo dela se machucar.

Ainda que o professor se esforce para garantir uma educação de qualidade, considerando que a criança com SD tem alterações físicas, intelectuais e motoras, faz-se necessário a aguda de outros profissionais para a promover a sua inclusão.

Os professores atuam como facilitadores da aprendizagem dos alunos, com a ajuda de outros profissionais, tais como professores especializados em alunos com deficiência, pedagogos, psicólogos e intérpretes da língua de sinais. (Almeida, 2017)

Já para a Pedagoga da escola, ela comprehende que uma das suas funções é apoio e orientação na elaboração e adaptação das atividades que possam atender as necessidades da criança com SD.

Pedagoga Petúnia: Conversar com os professores para fazerem as adaptações nas atividades escolares.

Entretanto, compreender que o papel do Pedagogo na escola atua diretamente no processo de aprendizagem do aluno, lhe dará carta branca para intervir juntamente com o professor de sala. Concorda Batista, E. N.; Porcino, J. M. A.; Medeiros, S. B. P.; Pinto, V. A. J. P. O (2017) “que o papel do pedagogo na educação ao pouco foi se estruturando, de modo a construir saberes e fazeres pedagógicos e didáticos perante o ensino e aprendizagem”. Ainda analisando a fala da pedagoga:

Pedagoga Petúnia: A escola trabalha com projetos, além de orientações didáticas oferecidas pela SEMEC.

Nessa fala temos duas vertentes: 1) a criação de projetos de intervenção para melhora no processo de ensino aprendizagem da criança com SD e 2) a própria Secretaria fornecer propostas pedagógicas para serem trabalhadas. Em todo caso, a escola tem meios, ainda que limitados, para ajudar no processo de ensino e aprendizagem da criança com SD.

3. 3 A importância da formação continuada dos docentes para a promoção da inclusão da criança com SD

De acordo com a pesquisa realizada, pôde-se perceber que somente a vontade de receber e atender alunos com SD, para cumprimento de lei, não garante de fato a sua inclusão. A falta de conhecimento a respeito do que é a Síndrome de Down, e como afeta no processo de ensino e aprendizagem da criança, não permite que o docente comprehenda como ajudar e intervir. Dos profissionais entrevistados, apenas uma possui algum tipo formação continuada na área da educação inclusiva:

Pedagoga Petúnia: Sou pedagoga efetiva na SEMEC desde 2012, especialista em psicopedagogia e AEE. [...] Estou fazendo um curso de extensão em TEA, onde estudamos as leis, a LBI, onde fala da importância de incluir as crianças atípicas no contexto escolar, o meio ambiente deve se adaptar para receber e integrar essas crianças. Mas é perceptível que algumas crianças tem muita dificuldade para essa integração.

Com base na fala Pedagoga, nota-se que mesmo já sendo especializada em duas áreas, ela buscou se aprofundar mais sobre o Transtorno do Espectro Autista. Essa necessidade formativa acompanha boa parte das profissionais do CMEI pesquisado.

Professora Lírio: A formação inicial não oferece todos os conhecimentos e habilidades para atuar na prática docente. A necessidade de se manter atualizado com as práticas pedagógicas, novas tecnologias e desenvolvimentos na área da educação é um desafio constante para os professores. Falta de recursos adequados, como materiais didáticos, equipamentos, tecnologia, pode dificultar o processo de ensino e aprendizagem e desmotivar os alunos, além disso, limita a prática docente.

A formação continuada é de suma importância para o fazer pedagógico durante o processo de inclusão, e é apontada por Mrech (1999) que “aqui, os professores do ensino regular sequer foram capacitados para lidar com o chamado aluno normal I, quanto mais com aqueles que apresenta diferenças ou deficiências”. Quando não há esse preparo, o resultado tende a ser negativo.

De acordo com Brasil, 2010, p.30, “A formação continuada estimula o aprendiz a desenvolver os trabalhos em equipe, ouvir outras opiniões, a considerar o contexto ao elaborar as proposta das soluções, tornando-o consciente do que ele sabe e do que precisa atender”, desse modo o professor passa a compreender que o aluno tem necessidades a serem supridas para que ele possa se desenvolver integralmente como as demais crianças. É durante a formação continuada, que o professor aprenderá estratégias, novas práticas e metodologias para melhor ajudá-lo.

De acordo com Freitas, Lima e Silva (2007),

A formação contínua transforma-se em recurso estratégico para que as “inovações” sejam materializadas nas salas de aula. Em outra lógica, a dinâmica da formação continuada consiste em um caminho para a reapropriação da experiência adquirida, tendo em vista adequá-la com as novas situações vividas pelos docentes na atualidade.

O CMEI não promove ainda encontros formativos sobre educação inclusiva tanto para professores quanto aos demais profissionais. Há alguns encontros para os professores realizados pela Secretaria Municipal de Educação, mas de maneira mais ampla e limitada.

Diretora Girassol: A própria secretaria/SEMEC não promove essa Formação. Agora é que está iniciando de forma bastante lenta esse movimento para que essa Formação possa contemplar os professores e profissionais da Educação. O que a escola faz é levar a professora de AEE pra que de forma geral possa esta orientando as AAI e professores.

Professora Jasmim: A escola que eu trabalho ela não tem nenhuma, até o momento nós não tivemos nenhuma formação ou capacitação para atender esse público e o pouco que a gente sabe né são de leituras e treinamentos feitos por outras vias.

Segundo a fala da Diretora, a Secretaria de Educação de Teresina, ou seja, o município não está cumprindo com o regulamento da LBD que diz ser “dever”. Do

mesmo modo, o CMEI também não oferta formação continuada para os professores e demais profissionais.

Outro ponto crucial na fala, é o fato da presença da professora de Atendimento Educacional Especializado no CMEI. No relato, ela afirma que a professora “orienta” as Apoio à inclusão e professores para a promoção da inclusão, entretanto na fala seguinte a professora titular afirma não receber nenhuma orientação ou capacitação sobre crianças com Síndrome de Down, mas o que sabe é através de meios que a própria procura. O que leva a concluir que as orientações repassadas não atendem as necessidades da criança com SD, deixando uma lacuna na garantia dessa lei.

A formação contínua é de suma importância para o profissional que deseja uma melhoria na sua prática docente diante da realidade em sala de aula que a formação inicial não proporciona. Segundo Libâneo (1998), a formação continuada leva o professor a realizar uma ação reflexiva de si mesmo e de sua prática educativa.

Trata-se de um conceito que perpassa não apenas a formação de professores como também o currículo, o ensino, a metodologia de docência. A ideia é a de que o professor possa “pensar” sua prática, ou em outros termos, que o professor desenvolva a capacidade reflexiva sobre sua própria prática. Tal capacidade implicaria por parte do professor uma intencionalidade e uma reflexão sobre seu trabalho. (Libâneo, 1998, p. 41)

Pensando na formação continuada como uma ação reflexiva, permitirá ao professor rever os seus conceitos, suas metodologias, que afetarão positivamente a sua prática docente, para contribuir significativamente para o processo de Inclusão da criança com SD.

A importância da formação continuada para o profissional de ensino não limita-se apenas na busca por conhecimento, mas como uma realização pessoal, pois o professor que se dispõe e se decide, não faltará incentivo para inovar a sua própria prática docente (Beneti, 2022, p. 16). O professor que busca pela formação continuada, não apenas estará beneficiando os alunos que necessitam de um ensino que atendam as suas necessidades, como a si mesmo.

Como explica Beneti (2022),

A formação continuada (...) pretende beneficiar dinâmicas de atualização e aprofundamento do conhecimento imprescindível para o exercício da profissão docente, bem como desenvolver intercessões inovadoras nos contextos de desempenho profissional.

Mediante o exposto, a procura por uma continuidade na formação, leva ao professor a refletir sobre o seu papel e sua própria prática para promover a inclusão dentro e fora de sala de aula.

CONCLUSÕES

De acordo com a pesquisa, o CMEI não estava preparado para receber a criança com Síndrome de Down, não conta com recursos suficientes e os professores não possuem formação que contribuem para a promoção da inclusão, o que torna o processo de inclusão da criança com Síndrome de Down um desafio.

A escola precisa ter uma estrutura necessária além do básico, para atender as necessidades da criança com Síndrome de Down. Emerge a necessidade de elaboração de uma proposta pedagógica que contemple também esse público, não somente as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Foi observado no decorrer das falas das profissionais entrevistadas que ainda está longe do ideal de Inclusão que educação atual se espera alcançar: em que todos os alunos, independente de suas diferenças e/ou particularidades, possam usufruir dos mesmos direitos.

Para que essas crianças tenham o melhor desempenho possível e usufruam de seus direitos dentro do ambiente escolar, as instituições precisam estar preparadas, desenvolver propostas pedagógicas para o atendimento das crianças com Síndrome de Down e promover a formação de profissionais que atuam diretamente no processo de aprendizagem da criança no ambiente escolar.

A inclusão só acontece quando há uma mudança de “pensar”, é preciso compreender que não basta apenas não negar a matrícula ou inserir a criança na sala de aula e “deixá-la” participar das atividades, é preciso uma estratégia ou proposta pedagógica que estimulem a sua aprendizagem.

O uso de planos coletivos não está favorecendo para a promoção da inclusão, desse modo é preciso tomar novas medidas e uma reflexão sobre o fazer pedagógico de cada professor e considerar o aluno como centro do ensino.

O professor deve considerar as necessidades individuais dos alunos, mesmo que a realidade das turmas atuais sejam bastante numerosas para um só professor dar conta, já está bastante claro que apenas uma única estratégia ou um único plano utilizados para todos os alunos não favorece a criança com SD. Portanto, emerge a necessidade do uso de um plano individualizado para o atendimento nas necessidades da criança com SD.

O CMEI, por sua vez, deve oferecer recursos que contribuem para o trabalho docente. Sejam eles recursos visuais, audiovisuais, materiais lúdicos que possam ajudar na aprendizagem dos alunos com SD.

Conclua-se com a pesquisa, que a oferta de formação continuada não está sendo cumprida, ainda que seja obrigação. Cabe ao Poder público ofertar núcleos ou nas próprias instituições de ensino, formações continuadas voltada para as necessidades do público-alvo da educação inclusiva. Cabe a equipe gestora do CMEI, a elaboração de propostas de intervenção que possam contribuir para aprendizagem da criança com SD. E aos professores, a busca de uma formação continuada para ajudar a superar os desafios que impedem da inclusão acontecer.

Por fim, o presente estudo tem grande relevância para área da educação, pois ainda que a inclusão seja um tema bastante atual, estudos voltados para a inclusão de crianças com SD ainda é bastante limitado. Poderá ser usado como material para novos estudos sobre a temática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. R. Professores e educação inclusiva. **Instituto Inclusão Brasil**. 24 Jul. 2017. Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/professores-e-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 8 Jan. 2025.

BATISTA, E. N.; PORCINO, J. M. A.; MEDEIROS, S. B. P.; PINTO, V. A. J. P. O Papel do pedagogo (a) no ensino formal. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**. [S. I.], v. 3, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/911>. Acesso em: 8 jan. 2025.

BENETI, M. **A importância da formação continuada**. Guarujá, SP: Científica Digital, 2022.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. [Constituição 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. [Recurso eletrônico]: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, (...). 62. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 1. Ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 60 p.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidente da República, 2015. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 23 de nov. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN, n.º 4.024. Brasília: Câmara Federal, 1961.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN, n.º 5.692. Brasília: Câmara Federal, 1971.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN, n.º 9.394. Brasília: Câmara Federal, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusivo. v. 1. Brasília, 2010.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. PNE n. 10.172. Brasília: Senado Federal, 2001.

BRAISL. Resolução da Câmara de Educação Básica do Concelho Nacional de Educação nº 02. Brasília: CEB/CNE, 2001.

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. Referenciais para formação de Professores. Brasília: MEC/SEF, 1999.

COMUNIDADE SANAR. 10 problemas de saúde comuns na Síndrome de Down. **Sanarmed.com.** 6 de jan. de 2020. Disponível em: <https://sanarmed.com/10-problemas-de-saude-comuns-na-sindrome-de-down-colunistas/>. Acesso em: 5 de jan. de 2025.

DECLARAÇÃO de Salamanca. Sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Espanha: Salamanca, 1994.

Down Syndrome Association Of West Michigan – DSAWM –. (2019). **Cartilha de Prática Atitudinais para Inclusão Escolar na síndrome de Down**/Organizadora Assia Younes. Curitiba. Reviver Down. Disponível em: <https://reviverdown.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Cartilha-Crescer-Down-01.pdf.b> Acesso em: 27 de jan. 2025.

DRAGO, R. **Inclusão escolar na educação infantil.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

DUARTE, A. **Atualiza Síndrome de Down/Trissomia do 21:** um guia para desfazer mitos sobre a Síndrome de Down e aprendendo usar a linguagem correta. In. Duarte, A; Mesquita, V. (Org.). Canoas, RS: Cromossomo 21, 2022.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo e GUIMARAES, Marly, **Educação Inclusiva**, Rio de Janeiro: D E A, 2003.

FREITAS, A. S. D.; LIMA, M. E. M. F.; SILVA, E. M. A. **Formação continuada de professores.** Ferreira, A. T. B., Albuquerque, E. B. C.; Leal, T. F. (Org.). 1 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 120 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUNDERSEN, K. S. **Crianças com Síndrome de Down.** 1 ed. Porto Alegre: Penso, 2007.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como faço? São Paulo: Moderna, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MITTLER, P. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MRECH. L. M. **Educação Inclusiva:** realidade ou utopia? São Paulo; USP [Trabalho apresentado no evento do Líde, 5 de maio 1999.

NOVA, S. P. D. C.; et. al. (Org.) **TCC Trabalho de Conclusão de Curso**. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. 320 p.

REDAÇÃO LYCEUM. Estratégias pedagógicas para promover a inclusão na escola.

Blog Lyceum. 15 de maio de 2019. Disponível em:

<https://blog.lyceum.com.br/estrategias-pedagogicas-para-inclusao-na-escola/>.

Acesso em: 8 de jan. 2025.

SPUDEIT, Daniela. **Elaboração de um plano de ensino e do Plano de Aula**.

Trabalho acadêmico, do curso de Biblioteconomia da UNIRIO. Rio de Janeiro, 2014.

VERÍSSIMO, Thereza Cristina Rodrigues Abdalla. Diagnóstico e classificação da Síndrome de Down. In: UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Atenção à Pessoa com Deficiência I: transtornos do espectro do autismo, síndrome de Down, pessoa idosa com deficiência, pessoa amputada e órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. **Atenção à Pessoa com Síndrome de Down**. São Luís: UMA-SUS; UFMA, 2021.

VOIVODIC, M. A. M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**.

Petrópolis: Vozes, 2003.

VOLCI, M. E. F. **Políticas para formação de professores da educação básica em nível superior: em discussão as novas Diretrizes Nacionais para a Formação dos Profissionais do Magistério**. In. SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR, 24., 2016, Maringá. Anais[...]. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, 2016. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_6-015.pdf. Acesso em: 10 de abr. 2025.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas V: Fundamentos de defectología**. (Tradução Julio Guillermo Blank), Madrid: Visor, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA PRÁTICA DO/A PROFESSOR/A EM SALA DE AULA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A: PROF.^a ME. MARILENE DE OLIVEIRA ARAÚJO
ALUNA: GISLENE ALVES DE MESQUITA PINTO

- Como é a receptividade do/a professor/a aos alunos e alunas (gestos, falas, cumprimentos, etc.) e o comportamento dos alunos mediante a receptividade do/a professor/a?
- O planejamento diário do/a professor/a contempla o/a aluno/a com Síndrome de Down?
- Como o/a professor/a se comunica com o/a aluno/a com Síndrome de Down?
- O/a professor/a disponibiliza recursos e atividades adaptadas para que o/a aluno/a realize as atividades e participe das aulas?
- Como são atendidas necessidades específicas de aprendizagem e/ou de interação entre o/a aluno/a com Síndrome de Down e o ambiente da sala de aula e da escola?
- A metodologia utilizada pelo/a professor/a contempla o/a aluno/a com Síndrome de Down?
- As atividades realizadas pelo/a professor/a contemplam o/a aluno/a com Síndrome de Down?
- O/a professor/a desenvolve alguma estratégia para envolver o/a aluno/a com colegas nas atividades? Qual?

- O/a professor/a auxilia o/a aluno/a na realização das atividades?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O/A GESTOR/A

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A: PROF.^a ME. MARILENE DE OLIVEIRA ARAÚJO
ALUNA: GISLENE ALVES DE MESQUITA PINTO

1. Conte-me qual é sua formação profissional.
2. O que você sabe sobre a Síndrome de Down?
3. A escola se preparou para o recebimento da criança com SD?
4. A escola é contemplada pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE)?
A criança com SD é acompanhada?
5. Há Apoio à inclusão para o auxílio na rotina da criança com SD?
6. A escola promove encontros formativos para a comunidade escolar sobre Inclusão?
7. O que você entende por inclusão?
8. O que você sabe sobre as legislações que asseguram e referenciais que orientam a inclusão de alunos com deficiências no ambiente escolar?

APÊNDICE C – ROTEIRO A ENTREVISTA COM O/A COORDENADOR/A
PEDAGÓGICO/A

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
PROF.^a ORIENTADORA: MARILENE DE OLIVEIRA ARAUJO
ALUNA: GISLENE ALVES DE MESQUITA PINTO

1. Conte-me qual é a sua formação profissional.
2. O que você sabe sobre Síndrome de Down?
3. Das funções que dispõe o papel do/a pedagogo/a na escola, sendo a principal colaborar para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, há alguma intervenção criada para ajudar as dificuldades de aprendizagem do/a aluno/a com SD no CMEI?
4. Para você, qual o papel do pedagogo no processo de inclusão da criança com SD?
5. O que você entende por inclusão?
6. O que você sabe sobre as legislações que asseguram e orientam a inclusão de alunos com deficiências no ambiente escolar?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O/A PROFESSOR/A

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A: PROF.^a ME. MARILENE DE OLIVEIRA ARAÚJO
ALUNA: GISLENE ALVES DE MESQUITA PINTO**

1. O que você sabe sobre a Síndrome de Down?
2. No seu primeiro contato docente com um aluno/a com Síndrome de Down, o que você sentiu?
3. Você nota alguma dificuldade na convivência dos alunos em sala de aula regular com o/a colega com Síndrome de Down?
4. Você nota alguma dificuldade do aluno com Síndrome de Down em acompanhar as atividades pedagógicas realizadas em sala de aula?
5. Para você, qual o papel do professor no processo de inclusão da criança com Síndrome de Down?
6. Em sua opinião, quais os desafios, dificuldades anseios e/ou dúvidas em relação ao trabalho docente com alunos com Síndrome de Down?
7. O que você entende por inclusão?
8. O que você sabe sobre as legislações que asseguram e referenciais que orientam a inclusão de alunos com deficiências no ambiente escolar?
9. A escola em que você trabalha oferece ou já ofereceu alguma formação/capacitação que possa atender o público-alvo da educação inclusiva?

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/ PROFESSOR/A

1/2



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS CLÓVIS MOURA - CCM
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE / PROFESSORAS

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada "a inclusão de crianças com Síndrome de Down em um Centro Municipal de Educação Infantil de Teresina-PI", tendo como pesquisadora a graduanda **Gislene Alves de Mesquita Pinto** e Pesquisador/a Responsável, orientadora Prof.^a Me. Marilene de Oliveira Araújo. O objetivo geral do trabalho é investigar o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down em um CMEI de Teresina-PI. Terá como instrumentos de coleta de dados observação e entrevista estruturada realizada com os/as professores/as e equipe gestora na instituição (Diretora da Escola, Coordenadora Pedagógica), do CMEI Júlio Romão no município de Teresina-Piauí com perguntas estruturadas podendo durar cerca de 30 minutos. As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas. Essa investigação trará benefícios aos participantes da pesquisa, possibilitando reflexões e aprendizados acerca da inclusão de crianças com Síndrome de Down na educação infantil. Destaco, que esta pesquisa pode trazer riscos como constrangimentos, intimidações e exposição indevida dos participantes. No entanto, para evitar qualquer mal-estar aos participantes do estudo, evitaremos qualquer procedimento que venha submetê-los a estas situações, preservando sua integridade. Serão adotadas medidas para evitar e minimizar possíveis desconfortos, iniciando por garantir que as ações ocorram em espaços reservados e com a garantia de total sigilo, privacidade e caso venha a ocorrer algum constrangimento, mal-estar, ou algum tipo de dano à pessoa participante, serão tomadas as providências no sentido de saná-las. A/o participante terá o tempo necessário para decidir, autonomamente, sua participação ou não na pesquisa, terá o direito à liberdade para recusar sua participação, para retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Terá, ainda, o direito de receber assistência (integral e imediata) por danos, de forma gratuita, requerer indenização por danos, receber resarcimento de gastos (incluindo os de acompanhantes). Às/ao participantes serão garantidos o acesso aos resultados da pesquisa, assim como, a confiabilidade dos seus dados e de sua privacidade na pesquisa. Todas/os

as/os participantes receberão orientações e esclarecimentos de suas dúvidas e poderão recorrer aos contatos, descritos abaixo, para obter qualquer informação sobre a pesquisa e, ainda, poderão entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, localizado à rua Olavo Bilac, 2335/Centro Sul, em Teresina, ou pelo telefone: (86) 3221-4749, e-mail: comitedeeticauespi@hotmail.com. O CEP/UESPI tem por finalidade identificar, definir, orientar e analisar as questões éticas implicadas nas pesquisas científicas que envolvam seres humanos, individual e/ou coletivamente, direta ou indiretamente, observando a defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa no desenvolvimento dentro de padrões éticos. Este documento é assinado em duas (02) vias ao serem rubricadas em todas as páginas e assinada, ao seu término, pelo participante ou representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, sendo que o participante receberá uma via.

Teresina - PI, 05 de Outubro de 2024.

Marilene de Oliveira Araújo

Assinatura do Pesquisador Responsável - Orientadora

Gislene Alves de Mesquita Pinto

Assinatura da aluna Pesquisadora - autora

Ana Félia Soares Lima

Assinatura do/a participante – colaborador/a

Contato:

Aluna pesquisadora: Gislene Alves de Mesquita Pinto

Telefone: (86) 9 98459074, **E-mail:** gislene.mesquita2k@gmail.com

Endereço: Rua Soleto, nº 1080, Bairro: Alto da Ressurreição,
CEP: 64090330, Teresina – PI.

Pesquisador/a Responsável: Marilene de Oliveira Araújo

Telefone: (86) 9 9847- 8526 **E-mail:** marileneoliveira@ccm.uespi.br

Endereço: Av. Presidente Kennedy, 8200 Apto – BL, Condomínio Singular
The, casa 64 – SOCOPÓ, CEP: 64063-060, Teresina – PI.

Jefhyde

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/ PROFESSORA/S

1/2



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS CLÓVIS MOURA - CCM
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE / PROFESSORAS

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada "a inclusão de crianças com Síndrome de Down em um Centro Municipal de Educação Infantil de Teresina-PI", tendo como pesquisadora a graduanda **Gislene Alves de Mesquita Pinto** e Pesquisador/a Responsável, orientadora Prof.^a Me. Marilene de Oliveira Araújo. O objetivo geral do trabalho é investigar o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down em um CMEI de Teresina-PI. Terá como instrumentos de coleta de dados observação e entrevista estruturada realizada com os/as professores/as e equipe gestora na instituição (Diretora da Escola, Coordenadora Pedagógica), do CMEI Júlio Romão no município de Teresina-Piauí com perguntas estruturadas podendo durar cerca de 30 minutos. As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas. Essa investigação trará benefícios aos participantes da pesquisa, possibilitando reflexões e aprendizados acerca da inclusão de crianças com Síndrome de Down na educação infantil. Destaco, que esta pesquisa pode trazer riscos como constrangimentos, intimidações e exposição indevida dos participantes. No entanto, para evitar qualquer mal-estar aos participantes do estudo, evitaremos qualquer procedimento que venha submetê-los a estas situações, preservando sua integridade. Serão adotadas medidas para evitar e minimizar possíveis desconfortos, iniciando por garantir que as ações ocorram em espaços reservados e com a garantia de total sigilo, privacidade e caso venha a ocorrer algum constrangimento, mal-estar, ou algum tipo de dano à pessoa participante, serão tomadas as providências no sentido de saná-las. A/o participante terá o tempo necessário para decidir, autonomamente, sua participação ou não na pesquisa, terá o direito à liberdade para recusar sua participação, para retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Terá, ainda, o direito de receber assistência (integral e imediata) por danos, de forma gratuita, requerer indenização por danos, receber resarcimento de gastos (incluindo os de acompanhantes). Às/aos participantes serão garantidos o acesso aos resultados da pesquisa, assim como, a confiabilidade dos seus dados e de sua privacidade na pesquisa. Todas/os

as/os participantes receberão orientações e esclarecimentos de suas dúvidas e poderão recorrer aos contatos, descritos abaixo, para obter qualquer informação sobre a pesquisa e, ainda, poderão entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, localizado à rua Olavo Bilac, 2335/Centro Sul, em Teresina, ou pelo telefone: (86) 3221-4749, e-mail: comitedeeticauesp@hotmail.com. O CEP/UESPI tem por finalidade identificar, definir, orientar e analisar as questões éticas implicadas nas pesquisas científicas que envolvam seres humanos, individual e/ou coletivamente, direta ou indiretamente, observando a defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa no desenvolvimento dentro de padrões éticos. Este documento é assinado em duas (02) vias ao serem rubricadas em todas as páginas e assinada, ao seu término, pelo participante ou representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, sendo que o participante receberá uma via.

Teresina - PI, 05 de Outubro de 2024.

Marilene Oliveira de Oliveira Araújo

Assinatura do Pesquisador Responsável - Orientadora

Gislene Alves de Mesquita Pinto

Assinatura da aluna Pesquisadora - autora

Ane Félix Soares Lima

Assinatura do/a participante – colaborador/a

Contato:

Aluna pesquisadora: Gislene Alves de Mesquita Pinto

Telefone: (86) 9 98459074, **E-mail:** gislene.mesquita2k@gmail.com

Endereço: Rua Soleto, nº 1080, Bairro: Alto da Ressurreição,
CEP: 64090330, Teresina – PI.

Pesquisador/a Responsável: Marilene de Oliveira Araújo

Telefone: (86) 9 9847- 8526 **E-mail:** marileneoliveira@ccm.uespi.br

Endereço: Av. Presidente Kennedy, 8200 Apto – BL, Condomínio Singular
The, casa 64 – SOCOPÓ, CEP: 64063-060, Teresina – PI.



APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO / EQUIPE GESTORA

1/2



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS CLÓVIS MOURA - CCM**

CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE / EQUIPE GESTORA

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “a Inclusão de crianças com Síndrome de Down em um Centro Municipal de Educação Infantil de Teresina-PI”, tendo como pesquisadora a graduanda **Gislene Alves de Mesquita Pinto** e Pesquisador/a Responsável, orientadora Prof.^a Me. Marilene de Oliveira Araújo. O objetivo geral do trabalho é investigar o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down em um CMEI de Teresina-PI. Terá como instrumento de coleta de dados um roteiro de observação e a entrevista estruturada realizada com os/as professores/as e equipe gestora na instituição (Diretora da Escola, Coordenadora Pedagógica), do CMEI Júlio Romão no município de Teresina-Piauí com perguntas estruturadas podendo durar cerca de 30 minutos. As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas. Essa investigação trará benefícios aos participantes da pesquisa, possibilitando reflexões e aprendizados acerca da inclusão da criança com Síndrome de Down. Destaco, que esta pesquisa pode trazer riscos como constrangimentos, intimidações e exposição indevida dos participantes. No entanto, para evitar qualquer mal-estar aos participantes do estudo, evitaremos qualquer procedimento que venha submetê-los a estas situações, preservando sua integridade. Serão adotadas medidas para evitar e minimizar possíveis desconfortos, iniciando por garantir que as ações ocorram em espaços reservados e com a garantia de total sigilo, privacidade e caso venha a ocorrer algum constrangimento, mal-estar, ou algum tipo de dano à pessoa participante, serão tomadas as providências no sentido de saná-las. A/o participante terá o tempo necessário para decidir, autonomamente, sua participação ou não na pesquisa, terá o direito à liberdade para recusar sua participação, para retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Terá, ainda, o direito de receber assistência (integral e imediata) por danos, de forma gratuita, requerer indenização por danos, receber resarcimento de gastos (incluindo os de acompanhantes). Às/aos participantes serão garantidos o acesso aos resultados da pesquisa, assim como, a confiabilidade dos seus dados e de sua privacidade na pesquisa. Todas/os as/os participantes

receberão orientações e esclarecimentos de suas dúvidas e poderão recorrer aos contatos, descritos abaixo, para obter qualquer informação sobre a pesquisa e, ainda, poderão entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, localizado à rua Olavo Bilac, 2335/Centro Sul, em Teresina, ou pelo telefone: (86) 3221-4749, e-mail: comitedeeticauespi@hotmail.com. O CEP/UESPI tem por finalidade identificar, definir, orientar e analisar as questões éticas implicadas nas pesquisas científicas que envolvam seres humanos, individual e/ou coletivamente, direta ou indiretamente, observando a defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa no desenvolvimento dentro de padrões éticos. Este documento é assinado em duas (02) vias ao serem rubricadas em todas as páginas e assinada, ao seu término, pelo participante ou representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, sendo que o participante receberá uma via.

Teresina - PI, 05 de Outubro de 2024.

Marilene Araújo de Oliveira Araújo

Assinatura do Pesquisador Responsável - Orientadora

Gislene Alves de Mesquita Pinto

Assinatura da aluna Pesquisadora - autora

Francinca Serej de Souza de S-

Assinatura do/a participante – colaborador/a

ia

Contato:

Aluna pesquisadora: Gislene Alves de Mesquita Pinto

Telefone: (86) 9 98459074, **E-mail:** gislene.mesquita2k@gmail.com

Endereço: Rua Soleto, nº 1080, Bairro: Alto da Ressurreição,

CEP: 64090330, Teresina – PI.

Pesquisador/a Responsável: Marilene de Oliveira Araújo

Telefone: (86) 9 9847-8526 **E-mail:** marileneoliveira@ccm.uespi.br

Endereço: Av. Presidente Kennedy, 8200 Apto – BL, Condomínio Singular

The, casa 64 – SOCOPÓ, CEP: 64063-060, Teresina – PI.

SC

APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO / EQUIPE GESTORA

1/2



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS CLÓVIS MOURA - CCM
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE / EQUIPE GESTORA

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada "a Inclusão de crianças com Síndrome de Down em um Centro Municipal de Educação Infantil de Teresina-PI", tendo como pesquisadora a graduanda **Gislene Alves de Mesquita Pinto** e Pesquisador/a Responsável, orientadora Prof.^a Me. Marilene de Oliveira Araújo. O objetivo geral do trabalho é investigar o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down em um CMEI de Teresina-PI. Terá como instrumento de coleta de dados um roteiro de observação e a entrevista estruturada realizada com os/as professores/as e equipe gestora na instituição (Diretora da Escola, Coordenadora Pedagógica), do CMEI Júlio Romão no município de Teresina-Piauí com perguntas estruturadas podendo durar cerca de 30 minutos. As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas. Essa investigação trará benefícios aos participantes da pesquisa, possibilitando reflexões e aprendizados acerca da inclusão da criança com Síndrome de Down. Destaco, que esta pesquisa pode trazer riscos como constrangimentos, intimidações e exposição indevida dos participantes. No entanto, para evitar qualquer mal-estar aos participantes do estudo, evitaremos qualquer procedimento que venha submetê-los a estas situações, preservando sua integridade. Serão adotadas medidas para evitar e minimizar possíveis desconfortos, iniciando por garantir que as ações ocorram em espaços reservados e com a garantia de total sigilo, privacidade e caso venha a ocorrer algum constrangimento, mal-estar, ou algum tipo de dano à pessoa participante, serão tomadas as providências no sentido de saná-las. A/o participante terá o tempo necessário para decidir, autonomamente, sua participação ou não na pesquisa, terá o direito à liberdade para recusar sua participação, para retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Terá, ainda, o direito de receber assistência (integral e imediata) por danos, de forma gratuita, requerer indenização por danos, receber resarcimento de gastos (incluindo os de acompanhantes). Às/aos participantes serão garantidos o acesso aos resultados da pesquisa, assim como, a confiabilidade dos seus dados e de sua privacidade na pesquisa. Todas/os as/os participantes

2/2

receberão orientações e esclarecimentos de suas dúvidas e poderão recorrer aos contatos, descritos abaixo, para obter qualquer informação sobre a pesquisa e, ainda, poderão entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, localizado à rua Olavo Bilac, 2335/Centro Sul, em Teresina, ou pelo telefone: (86) 3221-4749, e-mail: comitedeeticauespi@hotmail.com. O CEP/UESPI tem por finalidade identificar, definir, orientar e analisar as questões éticas implicadas nas pesquisas científicas que envolvam seres humanos, individual e/ou coletivamente, direta ou indiretamente, observando a defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa no desenvolvimento dentro de padrões éticos. Este documento é assinado em duas (02) vias ao serem rubricadas em todas as páginas e assinada, ao seu término, pelo participante ou representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, sendo que o participante receberá uma via.

Teresina - PI, 05 de Outubro de 2024.

Marilene Caetano de Oliveira Araújo

Assinatura do Pesquisador Responsável - Orientadora

Gislene Alves de Mesquita Pinto

Assinatura da aluna Pesquisadora - autora

Francine Sevji de Souza

Assinatura do/a participante – colaborador/a

Contato:

Aluna pesquisadora: Gislene Alves de Mesquita Pinto

Telefone: (86) 9 98459074, **E-mail:** gislene.mesquita2k@gmail.com

Endereço: Rua Soleto, nº 1080, Bairro: Alto da Ressurreição,

CEP: 64090330, Teresina – PI.

Pesquisador/a Responsável: Marilene de Oliveira Araújo

Telefone:(86) 9 9847-8526 **E-mail:** marileneoliveira@ccm.uespi.br

Endereço: Av. Presidente Kennedy, 8200 Apto – BL, Condomínio Singular
The, casa 64 – SOCOPÔ, CEP: 64063-060, Teresina – PI.

SC

ANEXOS

ANEXO A – DECLARAÇÃO DO/A PESQUISADOR/A RESPONSÁVEL



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ –
UESPI CAMPUS CLÓVIS MOURA - CCM
CURSO: LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA**



DECLARAÇÃO DO/A PESQUISADOR/A RESPONSÁVEL

Ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Eu, **Marilene Caetano de Oliveira Nascimento**, Professora do quadro efetivo/a da UESPI, matrícula nº 147687-4 e a aluna **Gislene Alves de Mesquita Pinto**, matrícula UESPI nº 1075828 do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI, pesquisador e aluna pesquisadora, responsáveis pela pesquisa intitulada “**a inclusão de crianças com Síndrome de Down em um Centro Municipal de Educação Infantil de Teresina – PI**”, declaro(amos) que: assumo(imos) o compromisso de cumprir os Termos da Resolução nº 466/12, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99, 340/2004 e 510/16); assumo(imos) o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa; os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizadas apenas para se atingir o(s) objetivo(s) previsto(s) nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos participantes; os materiais e os dados obtidos ao final da pesquisa serão arquivados pelo período de 5 anos sob a responsabilidade do/a professor/a orientador/a Jânio Jorge Vieira de Abreu e aluna Gislene Alves de Mesquita Pinto, que também será responsável pelo descarte dos materiais e dados, caso os mesmos não sejam estocados ao final da pesquisa; os resultados da pesquisa serão tornados públicos através de publicações em periódicos científicos e/ou em encontros científicos, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa; o CEP-UESPI será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa por meio de relatório ou na ocasião da suspensão ou do encerramento da pesquisa com a devida justificativa; o CEP- UESPI será imediatamente comunicado se ocorrerem efeitos adversos resultantes desta pesquisa com o participante; declaro (amos) que esta pesquisa ainda não foi iniciada em sendo autorizada, será realizada e apresentaremos relatório final desta pesquisa ao CEP-UESPI.

Teresina (PI), 30 de junho de 2024.

Marilene Caetano de Oliveira Nascimento.

Marilene Caetano de Oliveira Nascimento (Mat. UESPI n.º 147687-4) –
Pesquisadora responsável

Gislene Alves de Mesquita Pinto

Gislene Alves de Mesquita Pinto (mat. UESPI nº 1075828) – Aluna Pesquisadora

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO E INFRAESTRUTURA

23.420.694/0001-11

Cm. Escolar do Centro Mun. de Educ. Infantil Júlio Romão
Rua Santa Lúiza, nº 980/Alto da Ressurreição/B. Gurupi

CEP: 64090-430
Teresina-PI



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA - PMT
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SEMEC
CMEI JÚLIO ROMÃO

DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO E INFRAESTRUTURA

Enquanto diretor (a) responsável pela instituição, eu Francisca Sereja de S. da Silva estou de pleno acordo com o/a Professor/a Orientador/a Marilene de Oliveira Araújo e a discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI, Gislene Alves de Mesquita Pinto, responsáveis pelo projeto intitulado: “A inclusão de crianças com Síndrome de Down em Centros Municipais de Educação Infantil de Teresina-PI” a realizarem a pesquisa proposta no projeto supracitado que tem como objetivo investigar o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down em CMEIs de Teresina-PI. A pesquisa será realizada com o/a aluno/a com Síndrome de Down, professores/as e equipe gestora que se comprometeram em realizar o estudo de forma livre, espontânea e sigilosa, tendo a garantia de que será respeitado o anonimato dos participantes e todos os princípios éticos da pesquisa de acordo com a resolução 510/2016 CNS/MS. Nesse sentido, concordo em autorizar a execução do respectivo trabalho na referida escola, declarando estar ciente da corresponsabilidade como instituição coparticipante do projeto de pesquisa, e do compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar, o que inclui: oferecer o local apropriado para a realização das entrevistas com os/as professores/as e gestora participantes; observações da rotina do/a aluno/a com Síndrome de Down, garantia da confidencialidade, anonimato e não utilização das informações em prejuízo de outros; emprego de dados somente para fins previstos nesta pesquisa; retorno dos benefícios obtidos através deste estudo para as pessoas e comunidade onde foi realizado. Fica garantido ainda que, caso necessário, a qualquer momento, como instituição coparticipante desta pesquisa, poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem prejuízo a esta ou a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação de seus integrantes. Declaro, ainda, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização, bem como os participes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

Teresina - PI, 20 de Junho de 2024.

Francisca Sereja de S. da Silva

Assinatura / Carimbo do Diretor/a

Francisca Sereja de S. da Silva
DIRETORA - ATP SEMEC 1101 2022
CMEI JÚLIO ROMÃO